



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 09 DE JANEIRO DE 2014

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Deolindo da Mata
Celmira Sacramento
Firmino Raposo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Concluiu-se a apreciação e discussão, na especialidade, e aprovou-se em votação final global as propostas de lei n.ºs 31 e 32 — Orçamento Geral do Estado (OGE) e Grandes Opções do Plano (GOP) para o ano económico de 2014.

Na discussão, usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa) e dos Srs. Ministros do Plano e Finanças (Hélio Almeida), de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente (Osvaldo Abreu), Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (António Dias), do Comércio, Indústria e Turismo (Demóstenes Pires dos Santos), os Srs. Deputados Rafael Branco (MLSTP/PSD), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Albertino Bragança (PCD), Carlos Correia (ADI), António Barros (MLSTP/PSD), Levy Nazaré (ADI), Adilander Matos (MLSTP/PSD), Hélder Paquete (ADI), Delfim Neves (PCD),

Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Ayres Major (MDFM/PL), Martinho Domingos (ADI), Aurélio Martins (MLSTP/PSD), Álvaro Santiago (ADI), António Ramos (MLSTP/PSD), Cipriano Riqueza (PCD), Isabel Domingos (ADI), Elsa Pinto (MLSTP/PSD), Abnaldo de Oliveira (ADI), Ambrósio Gil (PCD), Cecílio Quaresma (ADI), Arlindo Ramos (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), Mário Fernando (ADI), Herodes Rompão (PCD), José Diogo (ADI), André Ramos (ADI), Hélder Costa (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD) e Alexandre Guadalupe (ADI).

Por último, foram apresentadas declarações de voto pelos Srs. Deputados Levy Nazaré (ADI), Delfim Neves (PCD) e José Viegas (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão quando eram 16 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento de Oliveira
Adelino Lourenço Pires dos Santos
Adérito de Oliveira Bomfim Ramos
Adilson Cabral Managem
Alexandre da Conceição Guadalupe
Álvaro João Santiago
André Varela Ramos
Arlindo Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de Ceita
Carlos Alberto Pires Pinheiro
Carlos Manuel Cassandra Correia
Cecílio Quaresma da Graça Sacramento
Celmira de Almeida do Sacramento
Domingos José da Trindade Boa Morte
Hélder Paquete Lima
Idalécio Augusto Quaresma
Isabel Mayza Jesus da Graça Domingos
Jorge Sousa Pontes Amaro
José da Graça Diogo
José Manuel Costa Alegre
Levy do Espírito Santo Nazaré
Mário Fernando
Martinho da Trindade Domingos
Octávio Costa Boa Morte Fernandes
Odete Aleixo Augusto Mendes Bragança
Paulo Jorge de Carvalho

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adilander Costa de Matos
Alcino Martinho de Barros Pinto
António da Trindade Afonso Ramos
António Monteiro Fernandes
António Neves Sacramento Barros
Arlindo Barbosa Semedo
Aurélia Pires Quaresma Martins
Deolindo Luís da Trindade da Mata
Dionísio Leopoldino Fernandes
Domingos Monteiro Fernandes
Elsa Maria d'Alva Teixeira Pinto
Filomena Sebastião Santana Monteiro d'Alva
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder Afonso das Neves
Joaquim Rafael Branco
Jorge Amado
José da Graça Viegas Santiago
Manuel da Cruz Marçal Lima
Manuel Quaresma Martins
Maria das Neves Batista de Sousa
Silívia do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Ambrósio Gil
Albertino Homem Sequeira Bragança
Cipriano Sousa Riqueza

Delfim Santiago das Neves
Firmo João Raposo
Gil Mascarenhas da Costa
Herodes Sousa Pontes Sacramento

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Ayres António Major

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Vou fazer uma proposta aos Srs. Deputados, porque acho que estamos a exagerar. Acho que não é cómodo para o Presidente estar todos os dias à espera cerca de 1 hora para iniciar a sessão. Fico na sala à espera que me anunciem o quórum. Daí que termino hoje a sessão do OGE, mas na próxima poderá não haver sessão, porque o Presidente vai esperar no máximo 15 a 20 minutos e virá para a Sala. Se não houver quórum, não haverá sessão. Portanto, isso não é nada agradável.

Agradeço que convidem os Srs. Ministros, por favor.

Pausa para a entrada dos membros do Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras e Srs. Ministros, Srs. Deputados, hoje é o nosso último dia de análise, discussão e aprovação do OGE na especialidade e também para a votação final global. Quero recordar-vos que na sessão de ontem houve algumas propostas de alteração no capítulo do sector social e fui informado esta manhã, pelo Sr. Presidente da 2.ª Comissão, em concertação com o Governo, que essas propostas não estão totalmente concluídas, tendo em conta que temos ainda a proponente económica e financeira, e as partes envolvidas entenderam fechá-la apenas após a discussão desse capítulo, para permitir dar melhor tratamento às propostas apresentadas pelas Sras. e Srs. Deputados. Julgo ser uma posição judiciosa, por isso mesmo aconselho a que continuemos a trabalhar neste sentido, passando de imediato à análise da área económica, envolvendo os sectores como o Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural; Ministério do Comércio, Indústria e Turismo; de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente e do Plano e Finanças.

Tendo em conta que hoje, para além da análise dos orçamentos desses ministérios, iremos votar também na especialidade as propostas de lei das GOP e do OGE, peço a cada um e cada uma de vós que nas vossas intervenções possam ser mais objectivos e, se possível, em cada uma das intervenções possam terminar com propostas de alteração, correção ou de modificação daquilo que é a proposta de base do Governo.

Assim sendo, anúncio que para essa área o Governo tem 66 minutos, o Grupo Parlamentar do ADI tem 66 minutos, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, 55 minutos, o Grupo Parlamentar do PCD, 18 minutos, e o Sr. Deputado do MDFM/PL tem 5 minutos. Estão abertas as inscrições para a análise da área económica.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Em primeiro lugar, gostaria de usar 30 segundo para fazer uma nota pessoal, dizendo que entendi os objectivos específicos da intervenção do Sr. Deputado Levy ontem e registei-a com muita satisfação.

Sr. Presidente, esse parece-me ser o tema fundamental na discussão deste orçamento. As nossas receitas correntes e aquilo que cobramos correntemente cobrem 91% das despesas correntes. Quer dizer que tudo que cobramos não dá para pagar aquilo que gastamos normalmente. Excluindo investimentos, o que é que nos resta são donativos e empréstimos em termos concessionais. Aí para mim é que está a causa de grande preocupação, desde 2011, 2012, 2013, a ajuda pública ao desenvolvimento tem caído continuamente. Os empréstimos em termos concessionais para um país como o nosso tem cada vez mais dificuldade em ter acesso mesmo aos empréstimos em termos concessionais. Quer dizer que a curto prazo o País vai ficar sufocado para atender a necessidades mínimas da sua população. Daí que para mim se torna fundamental, em primeiro lugar, termos uma gestão mais criteriosa dos nossos recursos, quer os internos, por um lado, quer aqueles provenientes de donativos e empréstimos, por outro lado. Isso leva-nos à seguinte conclusão: não basta que tenhamos boas intenções. Ontem estive a ouvir aqui as propostas e todas elas resultem de cidadãos que estão preocupados com a solução de problemas muito concretos, mas temos a obrigação, nessa situação, de utilizar os recursos disponíveis, sobretudo aqueles que vêm de donativos e empréstimos, de maneira mais eficaz possível. Quer dizer que temos que seleccionar claramente os alvos e os objectivos que queremos atingir. Neste sentido, há alguns dos nossos investimentos que são legítimos e justos e devemos ser muito prudentes e rigorosos na sua execução. Eu vi a questão das bolsas internas, é uma coisa necessária, mas a quem darmos as bolsas? Os professores que estão no Príncipe têm tido bolsas? Os que vêm de Caué têm bolsas? Aqueles mais necessitados têm bolsas? Ou será que estamos a atender a necessidades das universidades? É por isso que digo que temos que ter alvo a atingir. Queremos ajudar as universidades? Se calhar precisamos de ajudar as universidades com as aulas ou não sei o quê. Então, que decidamos que vamos ajudar as universidades, mas se estivermos a ajudar as universidades, pagando bolsas para as pessoas fazerem Direito, curso

que temos em excesso, quando não temos agricultores, engenheiros e professores, não estamos a utilizar bem os recursos. É um exemplo que quero dar. E esse exemplo é como as outras coisas que estão aqui como apoio aos motoqueiros e outras coisas que estão aqui, que podem ser necessários, mas temos que questionar e fazer com que isso seja de facto bem utilizado. Isso aplica-se a todas as despesas públicas.

Eu não tenho muito tempo, mas há uma história do Sr. Chico Esperteza Máxima que via as pessoas a criarem galinha lá num canto de Cangá, cada um tinha as suas galinhas, que ficavam em baixo de casa, pendurada no coqueiro, e ele disse: «não, tenho uma ideia para mudar isso, vou construir um galinheiro. É uma ideia moderna e avançada». Ele foi ter com outro senhor para lhe ensinar como fazer um galinheiro. O senhor disse-lhe que ele tinha que ter um galinheiro cobrido e devia distribuir milhos todos os dias. E ele fez isso. Comprou três galos, 10 galinhas e 10 pintos. Gastou dinheiro para comprar milho e jogava o milho para dentro de galinheiro. Estava a fazer muito bem, só que ele se esqueceu que quando ele jogava o milho, o galo comia mais que a galinha, a galinha comia mais que os pintos, e os pintos que comiam menos acabaram por morrer. Depois as galinhas começaram a pôr ovos. No fim da história, ele acabou comendo os três galos que ficaram. Qual é o exemplo que eu quero dar? Podemos ter boas ideias, mas temos que as utilizar da maneira mais adequada.

A segunda questão, Sr. Primeiro-Ministro, todo o País ficou contente, porque a CNN pôs São Tomé e Príncipe nos sete melhores destinos do mundo para 2014. Acho que não devemos ficar satisfeitos, porque isso é obra da natureza e essa publicidade vale centenas de milhares de dólares. Isso calhou, bem, estamos a discutir o Orçamento, mas acho que tudo que fazemos devia ser o reforço da capacidade do turismo, mesmo os créditos que damos.

Gosto muito do que o Sr. Ministro disse que vamos fazer na Cultura. Se calhar o Arquivo Histórico pode ser adiado um ano, para o dinheiro ir para apoio aos grupos culturais. Temos que ser flexíveis para responder a cada momento às oportunidades que temos. Temos que fazer outro esforço no campo do turismo, que não é só dinheiro. A zona Sul do nosso país é um destino novo turístico, mas é um destino de excelência. Se formos para lá, o que é que vemos. Há um nacional que está a fazer um esforço enorme. Vai buscar dinheiro no banco a vinte e tal porcentos, para fazer algo de qualidade na Praia Inhame. Ao lado há outra praia enorme, há pessoas que gostam e acham que é exótica. Eu pelo menos acho que os africanos podem ter excelência, mas o que me preocupa, enquanto nacional, é ir ao banco buscar dinheiro, endividar-se, quando outros estão a fazer com o dinheiro público. E isso, penso que este ano deveríamos, mesmo através de investimentos privados, concentrar no turismo.

A outra coisa que poderíamos fazer que não custa dinheiro. As casas das roças estão a desaparecer. Há um monte de obstáculos legais, há quem comprou que não pode legalizar. Mesmo que se nacionalize tudo outra vez, mas que se ponha essas casas à disposição de quem quer apresentar projectos, para recuperá-las. Vamos entregar as casas, mesmo que seja para não vendermos, mas na base de um projecto; vamos aproveitar esses patrimónios, vamos aproveitar essa oportunidade para o nosso país. Depois temos que agir noutras coisas, nos impostos, noutras questões, mas o que me parece é que deveríamos aproveitar essa oportunidade que nos surgiu para que o País dê um salto, sem esquecer que precisamos de agir no aeroporto rapidamente, como o Governo está a fazer. Precisamos de tratar da companhia aérea nacional. Não pode ser uma companhia a voar como está. Quer dizer, é um investimento que temos que fazer este ano.

Como estamos a fazer mudanças daqui para ali, coisas que são necessárias, talvez uma recomendação que daríamos ao Governo é que tudo que já está no Programa de Investimento, que já está afectado, tivesse esse foco na promoção do turismo em São Tomé e Príncipe.

O Sr. Presidente: — Obrigado o Sr. Deputado Rafael Branco, a sua intervenção é didáctica, é profunda, mas se pudesse ajudar-nos com propostas concretas sobre como e aonde retirar a verba para fazer esse reforço do sector do Turismo na óptica que nos apresentou, talvez fosse mais útil.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. Maria das Neves (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Sr. Presidente, na sequência do que dizia o Sr. Deputado Rafael Branco, a CNN lançou-nos um grande desafio, colocando São Tomé e Príncipe como principal destino turístico. Eu julgo que é o momento de tirarmos proveito disto. Sabemos que temos potencialidades para desenvolver o turismo, mas também sabemos que em termos de prestação de serviço ainda estamos muito aquém daquilo que se deveria fazer.

Vejo na proposta de OGE uma rubrica cujo código é 3743, em que se propõe construir um hotel escola. Devo confessar que é um projecto que já vem nos vários orçamentos. Acho que há 10 anos ou mais que este projecto sempre aparece e, no fim, fazendo o balanço, nem sequer se lança a pedra.

A minha proposta é que o Governo acabou de fazer um grande investimento em CATAP e hoje tem todas as condições para ser convertido num hotel escola. Que se aproveitasse melhor as capacidades que CATAP tem e que se utilizasse melhor essa verba. Estão orçamentados 10 biliões para construir o hotel escola. Deveria pegar-se nesse valor, se é que o CATAP ainda precisa de alguma coisa para arrancar como hotel escola, uma parte deste valor poderia ajudar, e para a outra parte temos o plano estratégico para desenvolvimento do turismo que está metido na graveta. Esse plano ainda tem actualidade, era necessário que o actualizássemos e começássemos a implementá-lo, para dar corpo de facto, fazer de São Tomé e Príncipe esse potencial que todos reconhecem.

Outra questão ainda dentro dessa questão de turismo é começarmos a priorizar investimentos neste domínio, para tirarmos maior proveito disto.

Ao referir-me aos 10 biliões, que uma parte vai para reforçar a escola de CATAP, para prestar serviço no sentido de formação, outra parte pode actualizar o plano director, gostaria de pedir que outra parte, julgo que ainda existe, fosse para algumas coisas concretas. Ontem falamos sobre o Arquivo Histórico. O Arquivo Histórico tem uma fonte de financiamento que quase não funciona, que é o Tesouro Público, que depende muito daquilo que o Governo arrecada. Que se mudasse a fonte de financiamento do Arquivo Histórico, porque é urgente digitalizar-se todos os documentos. Há um investimento que a UNESCO fez, mas que é necessário complementar-se, adquirir computadores e formar quadros. Reconheço o esforço que os técnicos do Arquivo Histórico fazem para manterem os arquivos, mas os papéis já não são manuseáveis. É necessário e é prioritário a gente fazer isso.

Outra parte dessa verba, Sr. Presidente e Sr. Primeiro-Ministro, para quem vai a funeral em Madalena, é uma tristeza ver subir-se com caixão para aquele cemitério, sobretudo nos dias de chuva, não se consegue, é um sofrimento para aqueles que transportam os cadáveres. E é um troço curto, não é muita coisa. Que se incluisse neste projecto e se retirasse um pouco desse valor para construir a via de acesso ao Cemitério de Madalena, para ajudar as pessoas que vão sepultar lá os seus ente-queridos.

Em relação à agricultura, de facto não há dúvidas de que a agricultura tem feito um bom trabalho, tem importado matérias desde os tractores e outros, mas estão a requerer manutenção e muitas vezes estão ali atirados à sua sorte. Eu gostaria de propor que se identificasse uma oficina ou alguém que assumisse a reparação de tudo isso, no sentido de se proteger melhor o património do Estado.

Ao falar de Madalena, eu sei que o Governo tem um amplo projecto de iluminação pública. Naquela zona de Santa Cruz e arredores estão numa escuridão completa. Que se pensasse também na iluminação daquelas zonas. O projecto de água vai passar por lá, que pensassem também naquelas zonas, porque as pessoas não têm água, sobretudo na zona de Santa Cruz, as pessoas sofrem muito. Neste âmbito, eu gostaria que o Governo priorizasse isso.

Eu quero felicitar o Governo por ter incluído nesta proposta de Orçamento a conclusão da estrada que liga Folha Fede a San Fenícia. Isso também já vem há 10 anos no projecto e espero que o Governo, de facto, possa construir aquela estrada, porque julgo que é tempo de conclui-la.

Mais uma vez, ao falar de turismo, temos que começar a pensar também na promoção dos nossos artesanatos, porque os turistas que chegam querem levar alguma oferta e algumas recordações de São Tomé e Príncipe. Temos muitas coisas aqui boas para promovermos o artesanato e termos ofertas para os turistas.

O Sr. Presidente: — Obrigada Sra. Vice-Presidente, peço ao Sr. Presidente da 2.ª Comissão e a sua equipa, o Sr. Ministro das Finanças e outros ministros da área económica para estarem atentos a essas propostas, no sentido de facilitarmos o trabalho no fim.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. Albertino Bragança (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Vou fazer uma breve intervenção para felicitar o Governo pelos sinais de esperança que lança neste OGE. Esses sinais de esperança, para mim, vêm assentes em quatro códigos que me chamaram especial atenção. O código 5343, que é o plano de ordenamento urbano Gongá/Santo Amaro, o outro plano é a reabilitação de casas comboios das comunidades agrícolas, o seguinte é o incremento da produção e da produtividade nessas comunidades e, por último, a instalação de redes de abastecimento de água e energia eléctrica em diversas localidades. Não sei se estarei certo, mas parece que o Governo se preocupa de facto com uma questão fundamental do nosso desenvolvimento, que é algo que decorre da crise internacional que se tinha iniciado nos anos 80 e que originou o actual estado de macrocefalia da capital. Esta capital como nós todos sabemos tem hoje quase que a metade da população santomense e ela não está preparada para absorver tanta gente. Hoje é notório que a capital está a romper pelas costuras, não suporta mais gente. Por isso, quando vejo aqui o plano de urbanização Gongá/Santo Amaro, não sei se vem na perspectiva de expandir a cidade capital, complementando com o desenvolvimento rural a criação de condições ao nível das localidades e das comunidades agrícolas, no sentido de favorecer o regresso das populações ao interior do País.

É certo que, pelas dificuldades que foram aqui dita pelos Srs. Deputados que me antecederam, não sabemos se tudo isso irá ter cabimento financeiro, mas queria felicitar, porque é uma chamada de atenção para um problema que é fundamental e creio que para o qual não temos vindo a dar muita atenção. Este Governo fê-lo e espero que seja nessa perspectiva.

Também queria chamar atenção para a atenção que foi dada ao Distrito de Água Grande algumas localidades, como por exemplo no código 5141, «instalação de rede de abastecimento de água a San Gabriel e Bairro Verde»; 3946 «requalificação da estrada que liga Oquê Del Rei a Boa Morte». Vejo também a reabilitação da estrada de San Marçal, que está num estado degradante, e também o código 4844 que é «reabilitação da estrada de Aeroporto à Praia Camboa». Mas espantou-me, neste orçamento, não ter visto qualquer referência ao restabelecimento, sobretudo de água nas praias Diogo Nuno, Cruz, Camboa e Lochinga, que é um problema que vem de muito longe e que é agravado pela proximidade dessas populações ao Aeroporto de São Tomé, cuja pista têm estado a atravessar, com perigos aí decorrentes.

Queria ressaltar finalmente e queria saber do Governo, porque vejo aqui no código 3946, «requalificação da estrada que liga Oquê Del Rei a Boa Morte», mas esse código vem repetido com o mesmo financiador e, por isso, não sei se a repetição é por lapso ou se de facto se duplica o investimento neste projecto. Se for esse o caso, gostaria de

propôs que uma parte da verba seja destinada a reabilitação das estradas secundárias do Bairro do Riboque, que estão em completa degradação. A repetição ocorre também no código 3945 e creio que é relativa a reabilitação da estrada de Cruz Mami. Se não foi um lapso, creio que se poderia reservar uma das verbas para a reabilitação do troço Oquê Del Rei/Bairro da Liberdade, que é uma zona muito carente.

Agora, para terminar, só queria levantar uma questão ao Sr. Ministro das Obras Públicas. Aprovámos aqui na Assembleia, até por sinal foi preparado na 4.^a Comissão, um novo Código de Estrada. Na altura, demos um prazo de 3 meses para que o Código, após a aprovação, fosse suficientemente divulgado, porque implica alterações muito gravosas, sobretudo para os motoristas, motociclistas e etc. Num aspecto é mesmo vital que se divulgue. As rotundas têm vindo a ser uma grande preocupação e temos tido sorte de não ter acidentes graves, porque no novo Código diz que quem está dentro da rotunda tem prioridade, mas as pessoas nem sabem disso. Tem acontecido comigo, quando saio na minha casa, vejo a rotunda do Cinema Marcelo da Veiga, e geralmente quem vem pela direita buzina-me, porque acha que tem direito de passar. Claro que paro, porque sei que a divulgação não foi suficiente. Por isso, chamo atenção ao Ministro das Obras Públicas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Tenho duas questões, a primeira é que ontem já falei da execução do orçamento do ano passado, gostaria de lamentar a fraca execução que foi feita, principalmente para a Região Autónoma do Príncipe, e lamento ainda o profundo silêncio do Presidente do Governo Regional quanto a esse respeito. Acho que o Príncipe ficou a perder redondamente.

Outro aspecto que eu queria sugerir, sei que o Sr. Primeiro-Ministro não é do Sporting, é do Benfica, como eu, mas porque nas Grandes Opções do Plano que fez menção a infra-estruturas como uma das prioridades, eu queria frisar que temos muitas relíquias, muitos nossos patrimónios que estão à deriva, e no Príncipe se sente muito isso. Dou só um exemplo do edifício onde é Porto Real, está em decadência e acho que aquele edifício é muito lindo. Falo disso precisamente para sugerir uma situação acerca do edifício da sede do Sporting, o antigo salão do povo. Apesar de eu não ser do Sporting e sei também que aquele edifício é de privados, eu queria que o Sr. Primeiro-Ministro, em concertação com o governo regional, arranjasse uma forma de negociar com os privados para que pudéssemos reabilitar aquele edifício. É um edifício histórico, recordo-me que a minha mãe sempre dizia que ela também carregou muita pedra para a construção do mesmo e, apesar de ser privado, acho que o Estado pode assentar-se com os privados e tentar falar, porque aquele edifício está a cair há um tempo recorde, com uma velocidade muito escandalosa. É o único edifício do Príncipe onde se pode assistir o teatro e filmes. Antigamente, quando eu era miúdo, era lá onde víhamos teatro e filmes. Hoje aquilo está lá, ninguém faz nem diz nada. Eu estou muito preocupado com aquilo, mesmo não sendo do Sporting, porque é um edifício com maior dimensão, na minha opinião, que há no Príncipe e que se pode aproveitar.

Nesta ordem de ideia, Sr. Primeiro-Ministro, na rubrica do orçamento do governo regional, no código 2480, onde fala de aquisição de meios rolantes, em que está estipulada uma verba de 2 mil milhões de dobras, eu queria sugerir que verba fosse transferida para uma rubrica tal que desse oportunidade para se fazer um estudo dos edifícios da Região Autónoma do Príncipe, dos patrimónios, não digo já reabilitação, de forma que o Governo Central, juntamente com o governo regional possam encontrar mecanismos para que se possam reabilitar esses edifícios.

Hoje em dia as pessoas e os nossos governantes só falam noutras coisas e acho que há edifícios que estão a cair que são relíquias e são esses patrimónios que devemos preservar, antes que sejam destruídos.

Acho que meios rolantes podem ser destruídos facilmente, sabemos como é que se trata os carros do Estado na nossa sociedade, portanto, vale a pena dar tratamento a uma coisa que sabemos que vai beneficiar toda gente. Não temos uma sala de teatro no Príncipe e é preciso que se faça alguma coisa pelo Sporting.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O Sr. Primeiro-Ministro havia prometido que responderia às questões que levantei aquando da especialidade e gostaria só de lembrar-lhe que na altura eu falei do troço de estrada que liga Gaspar a Sundy, pelo facto de aparecer e reaparecer nos orçamentos. Há pouco falavam de projectos que têm aparecido há 10 anos e eu não gostaria que a estrada de Sundy fosse nesses termos.

Pedi também na altura que desse uma explicação aos trabalhadores licenciados da função pública, tendo em conta o anúncio feito no ano passado para o pagamento das suas indemnizações.

Também solicitei que Sua Excelência pronunciasse algo sobre um projecto já existente para construção dum porto na Região Autónoma do Príncipe que até já foi submetido a mesa dos doadores, no sentido de se saber em que pé está, qual foi o engajamento.

Por último, o que requer a maior urgência é a situação da central eléctrica no Príncipe, que exige a compra imediata dum gerador. Estou em crer que, tendo o Governo tomado conhecimento de forma séria e responsável como foi aqui colocado, já deve ter pensado nalguma solução, até que acredito que o Sr. Primeiro-Ministro não quererá que

tal facto aconteça, que o Príncipe entre na escuridão e que o seu Governo seja acusado de nada ter feito, mesmo tendo conhecimento.

Eu confesso que não tenho nenhuma proposta concreta, mas acredito que o Governo, que certamente já foi convidado a participar em festejo de 17 de Janeiro, deve já ter arranjado uma solução, porque o Sr. Primeiro-Ministro, por exemplo, não quererá estar a discursar e a energia eléctrica ir-se embora. Portanto, nesses termos, eu gostaria de apresentar algumas alternativas, como por exemplo sugerir ao Governo que para o efeito, se é que ainda não tem solução, retire alguma verba nas rubricas «encargo geral do Estado», porque se tem que comprar imediatamente um gerador. Se a verba não for suficiente, se poderá também recorrer ao orçamento do Gabinete do Ministério de Obras Públicas, que é o Ministério de tutela, porque vejo aqui várias rubricas, dou exemplo duma, 5362 «reforço de capacidade de instalar a EMAE». Confesso que não comprehendi bem qual é o objectivo dessa rubrica, mas se calhar também poderá servir para ajudar a resolver esse grave problema que o Príncipe enfrenta em termos de energia.

Por último, Sra. Deputada Maria das Neves, muito obrigado pelo facto de ter reconhecido que a situação de energia no Príncipe é grave e ter vindo aqui reforçar e pedir ao Governo que dê uma atenção a isso. O Príncipe ouviu e sentiu o seu apoio e muito lhe agradece por isso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Hoje de facto o tempo é escasso, penso que muitos colegas meus do grupo parlamentar também têm intervenções a fazer, por isso serei rápido.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvi com muita atenção algumas intervenções de colegas Deputados e Deputadas aqui, não só hoje como os 3 dias que estivemos aqui a debater, pessoas com muita experiência no País, porque desempenharam cargos que lhes permitem de facto ter essas experiências e continuamos a aprender todos os dias. Foram as intervenções da Sra. Deputada Maria das Neves, no primeiro ou segundo dia, quando falou da dependência que o País vive das ajudas externas, e hoje também outra vez, na sua intervenção sobre CNN, também o Sr. Deputado Rafael Branco e outros Deputados, sem exclusão. Daí que eu gostaria de relembrar aquilo que disseram para colocar ao Governo uma pergunta muito simples. Se o País de facto vive nessa situação de dependência quase exclusiva, principalmente quanto ao investimento da ajuda capital, já sabe que a nossa capacidade de cobrança é o que é, que nem dá para satisfazer às nossas necessidades, da outra vez a Sra. Deputada falou em 95%, quando vejo este Orçamento, em vários ministérios, principalmente os ministérios que nos permitem sair dessa situação, estou a falar de sectores produtivos, não uma linha que nos permita ver que o Governo está preocupado em tirar o País dessa situação.

Eu concordo que o Sr. Primeiro-Ministro disse que o País é um país de muita dificuldade e que quase tudo é prioritário. Disse isso várias vezes aqui e que não tem como, mas mesmo que quase tudo seja prioritário, é necessário começarmos a fazer algo para tirar o País dessa situação. Muito sinceramente, vi no Ministério de Planos e Finanças, vi no Ministério de Obras Públicas, vi no Ministério da Agricultura Pesca e não encontro um sentido do Governo, pelo menos para começar, porque sabemos que este Governo, por questões naturais tem pouco tempo de vida, tem 6 meses até as eleições, poderá continuar como não, dependendo dos resultados, mas como é um governo que tem que apresentar um OGE e GOP para o ano, não vejo como é que o Governo está preocupado em tirar o País dessa situação. Daí que eu também retomo a questão de CNN.

Porquê? Não vou repetir aquilo que os colegas Deputados já disseram, mas vou pedir ao Governo para aproveitar que esse sector de Turismo poderá ser um sector fundamental, para começarmos a equilibrar a tal balança de pagamento que sempre falamos. É necessário investir nessa área. Na agricultura também não encontro, encontro reabilitação de casas sociais; nas Obras Públicas, a Casa Bachá, grandes valores estão aqui no orçamento, mas não é isso que vai permitir que o País dê arranque. Logo, essa questão da CNN é fundamental, porque podemos receber muito dinheiro e temos 1 ano. Daí que apresenta algumas propostas, avançando: no Ministério do Plano e Finanças, com o devido respeito, espero que os membros do Governo estejam de facto a tomar nota disso, há uma rubrica 5399, «projeto de apoio aos pequenos negócios, 10 mil milhões». Penso que parte desse valor poderá ser canalizado para o Turismo este ano.

São projectos que têm financiamento garantido, Taiwan. Muitos países estão aqui como fontes de financiamentos, mas já sabemos como foi em 2013 e muito difficilmente em 2014 se conseguirá de facto materializar e encontrar dinheiro para esses projectos, mas o financiamento de Taiwan é garantido. Também falo do projecto de apoio ao microcrédito juvenil, 22 mil milhões, Ministério do Plano e Finanças. Uma parte desse dinheiro poderá ser canalizado para o sector do Turismo. Mesmo que seja para a juventude, mas que seja virado para o turismo, como já se falou aqui, para promover o artesanato.

No Ministério do Comércio, penso que se poderia retirar dos 2 mil milhões, também financiamento garantido de Taiwan, para apoio institucional ao Ministério, evitando também que haja nesse apoio institucional algum desvio ou uso indevido, como já aconteceu noutro ministério, poder-se-ia tirar um determinado valor para o turismo.

Pelo menos são essas propostas que eu tenho de afectação das rubricas para o Turismo.

Ainda sobre o Turismo, agora não quanto ao valor, mas sim quanto à acção do Governo, este deve, através do Ministério do Interior, intensificar a patrulha policial nas praias, na cidade e nos distritos. Não estou a falar de polícia com arma de guerra, mas estou a referir-me a policiais bem fardados, limpos, com fardas que dignifiquem a Polícia,

para que os turistas possam sentir-se mais à vontade. Limpezas nas praias é uma área transversal, o Ministério da Justiça poderá ajudar-nos com reclusos.

Dessas verbas que eu falei, poderão canalizar algumas delas para reforçar as verbas das Câmara Distritais, sem distinção, todas as Câmaras e a Região Autónoma do Príncipe, e dar mais aos distritos de maior potencialidade turística. É óbvio que é na capital onde estão concentradas as maiores instâncias hoteleiras, estou a falar dos distritos de Lobata, Cantagalo e Caué, mas volto a dizer que todos devem receber esse apoio. São essas sugestões que gostaria de trazer para ajudar neste sentido.

Para além de a CNN dizer que estamos nos 10 destinos turísticos, penso que há meses também ouvimos dizer que a ilha do Príncipe é dos 100 locais ou lugares onde todos devem conhecer antes de morrer. Já veio uma notícia assim. 100 locais no mundo onde quem puder, é claro, quem tiver dinheiro, deve conhecer antes de morrer.

Applausos de deputados do Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, não só pelas vozes das outras pessoas mais experientes que me antecederam, acho que esta é uma oportunidade que o seu Governo tem para fazer isso e deixar que os próximos governos possam continuar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adilander Matos.

O Sr. **Adilander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

A minha intervenção versa sobre o Ministério de Obras Públicas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, no domínio de recursos naturais. Quero falar particularmente do Distrito de Cantagalo, sobre o problema de abastecimento de água à Cidade de Santana e arredores. É preciso viver naquela localidade para perceber efectivamente a falta que a água tem feito àquela população.

Estou a falar de abastecimento de água para Riboque – Santana, Vila Centro, Vila Alta, Zandigo, Gomes, Cova Água, Bairro dos Casados, Boa Vista e Ubua Budo Praia. Ou seja, existe um projecto elaborado com o apoio da Câmara Distrital e no ano passado estava inscrito verba para esse efeito, mas a Câmara juntamente ao Ministério de Obras Públicas tem o projecto concluído, um projecto que orça por volta de 18 mil milhões de dobras. Eu esperava efectivamente, neste orçamento, encontrar uma verba pelo menos para uma fase dessa obra. Como não vi especificado cá neste orçamento, isso preocupa-me. Não se admirem se um dia forem para Cantagalo pedir um copo de água para beber e as pessoas dizerem que não têm água.

A água corre nos chafarizes 30 a 60 minutos por dia, para uma população que ronda cerca de 11 000 habitantes. Sem água é difícil viver numa localidade. Não tenho propostas concretas, porque tecnicamente é preciso saber onde é que se deve cortar, não posso cortar numa rubrica, quando não sei efectivamente o que está orçado, para colocar aqui, mas gostaria de apelar à sensibilidade do Governo para essa situação. Sei que há tantas coisas prioritárias, mas deixar uma população mais 1 ano nesta situação acho que não seria o ideal. Daí que eu gostaria de pedir a sensibilidade do Governo para pelo menos arrancar-se essa obra.

Estou a falar com precisão de um projecto de captação de água, de Rio Abade, construção de um depósito de tratamento em Nova Olinda, que posteriormente irá distribuir para todas essas localidades. Estamos a falar da capital do Distrito de Cantagalo.

É essa a minha intervenção e gostaria de pedir a colaboração do Governo neste sentido.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete, para uma intervenção.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, nas GOP, no capítulo gestão de Infra-estruturas portuárias, há uma frase que diz que «o Governo propõe construir um porto no sítio de Ponta Mina, para permitir trocas comerciais», e depois tem como acção «início de construção do novo porto do Príncipe», mas isso não reflecte no projecto. Eu sugeria o seguinte: ou se aloca uma verba ou se retira o que está aqui.

A outra questão que eu tenho, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor disse que visita as localidades, mas deveria muito mais. Há um bairro muito próximo da Cidade Capital, a 1000 metros, chamado Ponte Graça, em que há problemas de saneamento de meios, há muito lixo e há também um problema de acesso, mais concretamente de Mulundo a Ponte Graça. Dever-se-ia ter reflectido isso, para depois lançar uma proposta de acordo com o que está inscrito. Bem, no orçamento do Ministério de Obras Públicas, há uma rubrica que diz «requalificação de troços de estradas, 5264». Eu sugeria, Sr. Primeiro-Ministro, que definíssemos já uma estrada, que seria Mulundo a Ponte Graça.

É um troço curto, de mais ou menos 800 metros. Como essa verba é de 15 mil milhões e qualquer coisa, eu sugeria um valor de 6 mil milhões para aquela estrada e como o Governo tem compromisso com a União Europeia para financiar GIMES, que onde está GIME urbano só GIME e se reforçasse essa verba com o valor de 7 mil milhões, porque a contribuição anual do Governo, em princípio, está por volta de 12,5 mil milhões. É uma convenção que o Governo são-tomense assinou com a União Europeia, que se compromete a alocar uma verba de 500 000 euros/ano, que dá mais ou menos 12,5 mil milhões.

Há o projecto de estudo para construção de ordenamento do campo de milho. Sr. Primeiro-Ministro, isso já está mais avançado, já não é estudo, já está feito. Agora tem que ser arruamento. Também se poderia reforçar essa verba de arruamento.

Há também uma verba para pagamento de quotas que deveria ser reforçada, dentro dessa linha de requalificação de estradas.

Quanto ao Ministério de Agricultura, eu acho que optamos por atingir a segurança alimentar e deveríamos preocupar-nos com algo que hoje em dia se fala muito, mudanças climáticas. Está a chover menos e não há nada que diga respeito ao sistema de irrigação. Irrigação não é só ligar valas aos rios. É a construção de diques de retenção de água e depois construir valas, utilizando o sistema de irrigação superficial. Quer dizer que se pode muito bem fazer isso e irá ajudar bastante para atingirmos a questão da segurança alimentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, antes de mais, gostaria de associar a minha voz à de todos aqueles que enalteceram a notícia da CNN, sobre o destino turístico, que São Tomé e Príncipe é um dos certos países para essa actividade. Sobre isso gostaria também de associar a minha às propostas que foram aqui avançadas sobre a possibilidade de se direccionar algumas verbas para potencializar esse sector. Quando alguém falava aqui de praias, de limpezas, acho que temos que ir mais além. As praias não precisam apenas de limpezas. Elas precisam de ser requalificadas. Hoje nenhuma das nossas praias tem um balneário. Falamos de turismo, as pessoas vão à praia, se tiver algumas necessidades fisiológicas, que tem que ser necessariamente desfeitas, como fazê-las? Daí que das verbas que foram anunciadas, acho que também deveríamos pensar na questão de construção de alguns balneários e requalificar mesmo as praias, estão cheias de capim. Em vez de relvados, em vez de arreias e pedras, muito lixo.

Sr. Primeiro-Ministro, como sabe, eu já disse isso várias vezes, não apenas a este Governo, mas a os anteriores, não sou adepto da forma como se faz orçamentos em São Tomé e Príncipe. Diz-se sempre que tudo é prioritário, comprehende-se, mas quem define as prioridades são os homens. Se um dia, corajosamente, tivermos que fazer um orçamento com prioridades, aquelas que definirmos, teremos um orçamento que será discutido se calhar em 2 a 3 horas, com verbas directamente para essas prioridades e não teríamos uma lista, como tem sido prática ao longo dos anos, com muitos projectos que às vezes as pessoas têm dúvidas. Mesmo em 1 ano não é possível fazer tudo isso, muito menos em 7 meses. Mas devo congratular-me com o seu Governo sobre muitos projectos que estão cá e sobre eles dizer que é com bom grado que vejo e comprehendo grandes indícios, por causa das dificuldades financeiras que o País teve em 2013, e estou plenamente de acordo que se tenha inscrito neste orçamento algumas obras que em 2013 não foram realizadas.

À semelhança daquilo que foi a proposta do Sr. Deputado Albertino Braga, não falo das repetições, pode ter sido um lapso, portanto, vou fazer uma proposta que não altera o Orçamento, mas por se tratar de uma repetição, temos aqui no orçamento das Obras Públicas e Infra-estruturas, na rubrica 3965 «construção da EN1» e este mesmo projecto vem na página seguinte com o mesmo código, o mesmo valor e com a mesma fonte financiamento. Acho que deve haver aqui repetição. Sendo o caso, eu gostaria de propor que uma dessas rubricas fosse substituída pela construção da estrada da comunidade de Canavial e da estrada que liga Santo Amaro a Madalena. Se faço essa proposta, Sr. Primeiro-Ministro, é porque ouvi cá falar que temos que apostar no sector do Turismo e no sector de produção e Canavial é das comunidades hortícola da zona Norte mais produtora.

As pessoas saem de Monte Macaco, de Boa Entrada, de Agostinho Neto e suas dependências para Canavial, para plantarem milho, cana, feijão, couve e tudo mais, no entanto, não têm acesso. Se não for tractor, ninguém consegue entrar lá. Se estamos a apostar no sector produtivo, temos que ver como escoar esses produtos para outras localidades e comunidades. Essa estrada que estou a falar não tem que ser em asfalto, estou a falar de estrada em terra batida, só para facilitar o trânsito. Desde então o Dr. Fonseca nos deixou com uma estrada em calçada, fantástica, mas está completamente esburacada. Acho que até poderíamos aproveitar a mão-de-obra local para com a mesma tecnologia fazer calçadas em pedras mortas.

Falando em Canavial, eu gostaria ainda de chamar atenção que tem havido extensão eléctrica em várias comunidades e Canavial é uma das comunidades que ainda não foi beneficiada. Se houver hipótese, que se inscreva isso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Estamos pressionados pelo tempo, vou ser rápido. Trago aqui três ou quatro questões, no sector de energia. Sei das limitações que esse Governo tem e do time, as situações são várias, mas somos forçados a colocá-las porque muitas delas vêm de 2013, não foram realizadas.

Sr. Primeiro-Ministro, eu trazia aqui três ou quatro questões, mas quando estive assentado recebi uma mensagem de populares de Saton e arredores, pedindo-me a indulgência de colocar uma questão, porque na época chuvosa eles têm um problema de acumulação de água e é preciso a construção de uma pequena vala.

Fui rapidamente para o programa de investimento público, para ver onde é que podemos encontrar uma verba, não sei se é possível, depois o Sr. Ministro de Infra-estruturas poderá dizer alguma coisa, no código 2967 faz referência a manutenção, limpeza e saneamento de canais, que tem uma verba orçada em cerca de 5 biliões. Gostaria que se visse a possibilidade, no quadro dessa verba, de fazer alguma coisa. Confesso que não tenho noção daquela vala, por isso é que não faço uma proposta concreta em relação a valores.

Sr. Primeiro-Ministro, se coloco a segunda questão, é porque vi a sensibilidade do senhor no ano passado, quando coloquei a questão sobre a extensão da energia à zona Norte, e o Programa do seu Governo faz referência à extensão de energia a vilas, luchás e comunidades. Por isso, gostaria de recolocar essa questão em 2014. Não digo que a energia tem que ir em 2014 para Santa Catarina, mas qual é a perspectiva do Governo em 2014 para esse projecto? Estou a falar de uma extensão que vai abranger cerca de 12 comunidades, estou a falar de Monte Forte até Santa Tereza, são 13 quilómetros, e há um número de habitantes que ronda 8 a 9000. Significa dizer que se conseguirmos estender a energia para aquela zona, estaríamos a atender a metade da população de Lembá com este bem que é fundamental para qualquer desenvolvimento.

Associado a isso, há um problema, penso que o Sr. Ministro da Agricultura, em representação do Governo, depois da revolta que houve em Diogo Vaz dos populares, tomou um compromisso do Governo junto à EMAE para a curto prazo poder adquirir um gerador. Por isso, eu gostaria de perguntar ao Sr. Ministro de Infra-estruturas se tem alguma informação em relação àquela comunidade que de anos para cá tem vivido numa situação drástica. Basta dizer que nesta quadra festiva não havia energia. Os populares passaram às escuras. Eu tenho a feliz sorte de ter um gerador para, pelo menos até as 22 horas, ter energia, mas há quem não tenha essas condições. Para alimentar aquele gerador pessoal gasto, até as 22 horas, cinco litros de gasolina. Eu sei que toda gente não tem essas condições e por isso a energia é fundamental. Da para ver como é que essa comunidade está hoje, a frustração drástica da juventude, é uma lástima!

Peco encarecidamente ao Sr. Primeiro-Ministro, porque também foi um compromisso do Governo, através do Ministro da Agricultura em parceria com a EMAE, para a curto prazo adquirir um gerador.

Sr. Primeiro-Ministro, há um outro fardo, estive a fazer aqui alguns contactos e as informações que me deram, penso estar enganado, é que custa cerca de 12 a 25 000 dólares um transformador para garantir a energia em Ribeira Funda e Ribeira Palma. É um problema também que se arrasta e todos os anos a gente vem para aqui, o cabo de alta tensão passa nessas duas comunidades. E é um problema só de comprar um transformador para fazer ligação nas duas comunidades. Penso que é um esforço que o Governo pode fazer para atender a essas duas comunidades.

Por factor tempo são estas questões que eu gostaria de ver esclarecidas.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Deputado Ayres Major.

O Sr. Ayres Major (MDFM/PL): — Sr. Presidente, passo rapidamente às questões, porque como único assento do MDFM/PL só nos dão 5 minutos.

Ontem levantou-se aqui uma questão, salvo erro, o Sr. Deputado José Viegas e depois foi reforçada pelo Sr. Deputado Delfim Neves. Acho que de facto se estamos aqui todos a fazer esforços no sentido de esticar um bocado as poucas verbas que temos, apesar de entender o que disse o Sr. Presidente que, se tiver, todos aqui devemos fazer um esforço, a Assembleia também, dar o seu exemplo e retirar alguma coisa de apoio institucional e encaminhar para as contas do Governo, para atendermos às questões candentes. É essa a minha sugestão.

Sr. Ministro das Finanças, precisamos urgente de fazer captações de investimentos. Houve intenções de investimentos em 2011, 2012, em 2013 não houve andamento, dois desistiram, sei do que estou a falar e deve entender-me perfeitamente bem. Acho urgente, já temos aqui a experiência do guinche único, criarmos um guinche para investimentos, onde os potenciais investidores cheguem e vão tratar de tudo, porque não dá para um investidor ter que viajar vezes sem conta para São Tomé, e depois não é preciso um parecer do Ministério da Agricultura. Ele corre para lá, tem que ficar à espera e assim vai-se embora; amanhã, quando vai porque precisa agora de um parecer de Infra-estruturas. Por amor de Deus! Se precisamos de facto captar investimento, temos que procurar fazer isso. Há países que já estão a fazê-lo. Portugal, talvez Camarões, Angola também já tem. Portanto, é uma prática já conhecida nesse mundo de crise, vamos implementá-la também aqui em São Tomé e Príncipe, acho que não custa muito.

Sr. Ministro das Finanças, senhores demais membros do Governo, acho que para retermos investimentos também aqui em São Tomé e Príncipe, fazer crescer mais a nossa economia e dar algum folego a privados, temos que procurar formas outras de fazer concursos públicos. Inclusive, há investidores de países que nos dão apoio e que dizem «não, a condição é essa, a empresa do nosso país vem também construir, em colaboração convosco».

Quando conseguirmos captar os nossos recursos, ou através do Tesouro Público ou através de alguma doação sem outros compromissos, não procuramos fazer um concurso público nacional interno. Quando eu digo nacional, não é pelo facto de uma empresa estrangeira vir criar uma empresa STP com um capital de 5% ou 10% nacional que já é sãotomense. Considero uma empresa em São Tomé. Temos é que procurar enquadrar isso. *Fifty-fifty*, tudo muito bem; 30-40, quarenta, vamos criar um modelo para que de alguma forma algo fique retido aqui e dê algum folego a privados. O privado está a sofrer, está desgostado e neste

momento de crise mundial, em que muita gente tem vindo procurar outras oportunidades de negócio cá, nós aqui já sufocados com os juros bancários e não só, temos que concorrer com esses indivíduos que também já trazem o seu *know-how*, as suas capacidades e como conclusão, nem dinheiro temos e nem conseguimos apanhar o *know-how*. E pior ainda, chegam e os quadros que preparamos são retirados, porque estão a pagar um bocado mais. E nós é que temos que ficar cá a ajustar as contas de forma interna. Fica complicado!

É uma sugestão que deixo neste momento de discussão do OGE, para pensarmos um bocado melhor nisso tudo.

Ao nível de Infra-estruturas, porque tem-se falado aqui bastante e é verdade, a CNN fez um grande bem, colocando São Tomé e Príncipe nesta posição.

Sr. Ministro de Infra-estruturas, a falha que temos na estrada, acho que é uma falha geológica que está a cortar mesmo a estrada, a desligar Porto Alegre da comunidade de Monte Mário. Não vejo isso aqui explanado no orçamento e não sei qual é a preocupação do Governo neste sentido.

Outra coisa que não vejo no nosso orçamento é a questão do monumento de Fernão Dias. Portanto, é algo que tem a ver com a nossa história, tem a ver com o turismo, porque Fernão Dias é uma zona turística, tem a sua história, ainda ontem fui lá comprar areia, e não vejo no orçamento a preocupação do Governo nesse sentido.

Sr. Ministro de Infra-estruturas, é verdade que ultimamente temos encontrado o seu Governo a fazer um trabalho bonito, sendo água para as comunidades, energia, estradas, neste momento lançou um bom pacote de pequenas estradas que muito ajudam a nossa população, mas não sei qual o programa do Governo, em termos de continuidade, para melhoria de alguns pontos de energia que para mim não precisam de muito investimento, é mais fazer ligação de cabos torcados. A zona aqui de Palha tem uns fios e se o Sr. Ministro der lá um salto verá que se consegue pegar com a mão. E o maior perigo são os fios que estão encostados a postes de alta tensão e sabe-se que o plástico com o sol vai ressequeir e se descascar podemos ter mais acidentes, como já houve na zona de Bôbô Fôrro. Podemos evitar essa questão, meus senhores, com pouco recurso. Estou a falar da zona de Bombom e arredores, Cova Barro, Praia Melão, Piedade Cima e não só.

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar só mais um bocadinho para elogiar a Câmara Distrital de Lobata. Foi aqui levantada várias questões sobre a limpeza das praias e o Sr. Deputado Levy tocou nisso, a colaboração com os reclusos. De facto o Ministério da Justiça, em colaboração com a Câmara de Lobata, tem feito um bom trabalho. Hoje temos as praias Governador e dos Tamarinos bonitas. É para aproveitar e elogiar o trabalho conjunto que está a ser feito.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, quanto ao tempo, creio que a Mesa não tem praticado injustiça, porque todas as bancadas, de vez em quando, ultrapassam o limite e a Mesa faz essa gestão.

Caros colegas, acho que deveríamos, neste momento, sob a vossa decisão, pôr o Governo a falar. Temos até este momento 30 inscritos, 12 já fizeram o uso da palavra e acho que há uma série de propostas e se vocês estiverem de acordo convidaria o Sr. Primeiro-Ministro. Sua Excelência, há uma série de questões, propostas de alteração e observação que foram propostas...

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI)**: — Sr. Presidente, é apenas uma sugestão. Mesmo que já esteja estipulada a hora, caso no final tivermos alguma dificuldade, tendo em conta o sector tão primordial para o País, para a mesa ver a possibilidade de conceder aos grupos parlamentares mais algum tempo, caso for necessário. É só esse pedido.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, mesmo que estivermos que ir até à meio noite, temos que encerrar. Hoje é último dia e temos que encerrar, de acordo com o Regimento.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Gabriel Costa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de pedir a vossa indulgência para fazer aqui uma nota relativamente a uma questão que foi levantada ontem, sobre o fornecimento de medicamentos ao País. Preocupado com as informações que foram dadas aqui e a vossa apreensão, eu dirigi-me ontem ao Hospital Central Dr. Ayres de Menezes e visitei tanto a farmácia como o armazém de medicamentos e quero dizer aos Srs. Deputados que há medicamentos no País. Se assim entenderem, poderão dirigir-se à farmácia e ao armazém do hospital.

Tal como vos disse ontem, existem medicamentos e a explicação que me foi dada é que há requisições que são feitas, sobretudo pelos distritos e, no âmbito da racionalização e melhor controlo, é preciso que se forneça mapa de doentes que foram tratados e dos medicamentos utilizados, para que o sector da farmácia possa colocar os medicamentos à disposição das áreas de saúde. Ontem fiquei abismado quando ouvi dizer que nem sequer havia fitas para medir a glicémia. Fui pessoalmente ao Hospital Central, no respeito pela vossa preocupação, e constatei que há medicamentos, tanto no hospital como no depósito de medicamentos aqui na cidade.

Gostaria de dar aos Srs. Deputados esta informação, porque se poderia ficar com a sensação de que efectivamente estamos numa situação de rotura do stock de medicamentos, quando estive com a Dra. Neurídce, que é a encarregada da farmácia, com o Sr. Director José Luís e o Sr. Dr. Eduardo Neto, fizemos a visita e vi o Banco de Urgência completamente concluído. Os serviços da EMAE estiveram lá e só resta inaugurar.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Feita esta nota, Sr. Presidente, Sr. Deputados, gostaria de falar em jeito de intróito, porque os Srs. Ministros das áreas que estão a ser objecto de análise pelos Srs. Deputados virão cá responderem em detalhes as questões que foram levantadas.

Enquanto Chefe do Governo, eu só gostaria de dizer os Srs. Deputados que tudo que foi dito ontem aqui sobre a nossa situação económica e financeira, isto é, sobre um país fortemente dependente do exterior – e este orçamento reflecte efectivamente essa situação – um país que, no quadro da assistência, preparou este Orçamento com as instituições do Brettown Woods, porque devemos reconhecer que beneficiamos anualmente de uma ajuda orçamental do Banco Mundial que tem variado em função da nossa performance.

Quero dizer aos Srs. Deputados que o facto de termos sido obrigados a aumentar a massa salarial teve como consequência a diminuição do montante de ajuda orçamental que o Banco Mundial vai dar a São Tomé e Príncipe, porque na execução temos derrapagens. Dissemos aqui e não há tabu nenhum. Tivemos que implementar a Lei das Carreiras ao nível dois sectores e tivemos uma grande derrapagem. Não podíamos fazer de outra forma. Não foi uma questão voluntária do Governo, mas resulta de uma pressão social que toda gente conhece aqui.

Este Orçamento diz exactamente quais são as formas que entendemos como fundamentais para poder contornar a dificuldade proveniente da falta de aguda externa ou a diminuição drástica da ajuda externa. E contra isso não podemos nada. Há uma crise económica financeira internacional, São Tomé e Príncipe é um país vulnerável e com a produção que tem este Orçamento é um orçamento possível para poder permitir-nos satisfazer a necessidades básicas da nossa população e levá-la a aumentar a capacidade interna de produzir mais, para reduzir a dependência que tem do exterior. E dissemos quais eram os sectores. Os Srs. Deputados falarão imensamente da questão do sector de Turismo. Dissemos o que estamos a fazer. Estivemos em Angola e tivemos performance ao nível da feira internacional realizada em Angola e São Tomé e Príncipe ficou num lugar cimeiro. Estivemos em várias partes de países asiáticos e estamos a preparar, com a Organização do Comércio Internacional, medidas para nos permitir tirar melhor partido da nossa inserção nessa organização internacional. No quadro da parceria com os nossos parceiros de desenvolvimento, quer privilegiados quer outros, lançamos todo um programa que nos vai permitir desenvolver a área de prestação de serviços. Srs. Deputados, falamos aqui das zonas francas e a nossa localização geográfica permite-nos ter aqui, em São Tomé e Príncipe serviços, de qualidade, com tecnologia de ponta, de forma que São Tomé e Príncipe possa efectivamente ser um mercado promissor para o Continente africano.

Falamos das pescas, do nosso território marítimo que é 162 vezes mais do que território terrestre e das medidas que temos estado a tomar para que os nossos recursos haliêuticos não sejam efectivamente pilhados. A pesca é uma fonte de rendimento apreciável e vimos o que é que tem estado a acontecer ao nível do Ministério das Pescas. Temos estado a trabalhar com sociedades que têm estados a mostrar interesse de desenvolver a pesca aqui em São Tomé e Príncipe e há uma política nessa matéria.

Na Agricultura, dissemos que São Tomé e Príncipe foi loureado por ter atingido o objectivo fixado na FAO, isto é, de ter ultrapassado mais de metade, porque há pessoas que sofriam de má nutrição ou da fome. Isso foi internacionalmente reconhecido. Estamos a dar passos significativos e continuamos nesta senda com os nossos parceiros, o Instituto Vale Flor e Taiwan.

Está a cuidar da distribuição de gados bovinos que chegaram ao País, para multiplicar e melhorar a nossa capacidade de fornecimento da proteína animal e estamos a fazer tudo de forma que o País possa conhecer uma situação melhor. Não é nenhuma propaganda, lá onde as sementes foram lançadas, estamos a melhorar.

Agora Srs. Deputados, é verdade que temos que estabelecer uma hierarquia nas nossas prioridades. É hoje inquestionável que temos que dar luz à nossa população; temos estado a dar água a nossa população. Como fazê-lo? No quadro deste Orçamento, com o dinheiro que temos, o que é que podemos fazer aqui a nível interno e com a ajuda externa? Temos contactos noutros sentidos para poder ter mais energia eléctrica, não através das centrais térmicas, porque o custo é enorme. Se formos reflectir em termos do rácio económico àquilo que gastamos com o gasóleo que consumimos, o Estado tem que entrar com muito dinheiro, porque se actualizássemos o preço de combustível e se fôssemos aplicar as regras, a energia seria muito mais cara.

Temos uma dívida terrível com a ENCO e não podemos, de maneira nenhuma, escamotear essa questão, estamos a fazer de conta. É por isso que enveredamos pela construção de uma barragem sobre o rio Iô Grande, para meter na rede mais energia para que se estenda às populações. Reparem, tirar fios, esticar e estender para as pessoas é uma boa coisa, mas a nossa capacidade de produção não suporta

isso. Temos que ter outros meios alternativos, através de energias renováveis, para chegarmos lá. Foi o que discutimos em Taiwan com as autoridades taiwanesas, tendo em conta a capacidade deles – isso não vem expresso no Orçamento – para que possamos aumentar a nossa capacidade energética.

A situação no princípio. Eu comprehendo a preocupação dos legítimos representantes do povo, mas o problema é que o motor que se colocou no Príncipe não tem capacidade para toda a extensão que se fez ao nível de todas as localidades. É uma boa coisa sim-senhor, mas esse motor não tem capacidade suficiente e trabalhou de uma forma muito mais célera do que devia, para além da sua capacidade normal, e hoje corremos o risco de ver esse motor, passo a expressão, «a dar berro». O Sr. Ministro vai dizer aos Srs. Deputados o que é o Governo está a fazer no sentido de poder encontrar uma solução para isto, mas é esta situação que temos.

Srs. Deputados, o sector privado, a questão da taxa de juro aplicado aqui em São Tomé e Príncipe castra efectivamente o desenvolvimento do sector privado. Os nossos homens de negócio estão completamente atolados em dívida. Como fazer? Falamos com os bancos e o que dizem é que o comércio de dinheiro é um risco alto aqui em São Tomé e Príncipe. E daí a minha insistência sobre a questão da reforma do sector judiciário para dar maior garantia e tirar esse argumento. Não é possível, meus senhores, ser-se competitivo neste país, pelo menos competir com aqueles que vêm investir aqui em São Tomé e Príncipe, que têm empréstimos a uma taxa de juro de 6, 7%, enquanto ao nível interno os nossos empresários e os comerciantes têm uma taxa de juro que vai de 16 a vinte e tal por centos.

Não é possível! Nenhum investimento se amortiza, nenhum investimento se faz concretamente com taxas de juro tão elevadas. Daí a nossa preocupação de poder recapitalizar o sector privado, mas não dispomos de recursos internos para o fazer. É o que dizia o Sr. Deputado Rafael Branco, das duas, uma: ou temos donativos, pessoas que acham que somos um país sério que deve ser ajudado nessa nossa luta para o desenvolvimento e colocam dinheiro à nossa disposição, e devemos fazer bom uso desse dinheiro, ou então temos que ter empréstimos concessionais. Foi o que fizemos com Angola, Guiné Equatorial e vamos continuar a fazer para alavancar a nossa economia. Portanto, há coisas que não estão no Orçamento porque não podiam estar e aqui os Srs. Deputados disseram e muito bem que não podemos, de uma forma repetitiva, pôr coisas no Orçamento que depois aparecem em todos os orçamentos. O pedia aos Srs. Deputados é que fizéssemos aqui uma hierarquização verdadeiramente das nossas prioridades, aquilo que é indispensável à satisfação das necessidades básicas das nossas populações.

Acho que a questão da mobilidade, de permitir de pessoas às poderem escoar e comercializar o seu produto, é uma questão vital e eu disse aos Srs. Deputados que estamos a resolver esse problema. Há estradas que são principais e não podemos não as fazer. Não podemos deixar de ter uma intervenção para que elas sejam reparadas. Há preocupações que foram levantadas aqui que estão acomodadas neste Orçamento que é a questão de água e saneamento do meio, que não podemos fugir. Primeiro porque o que está em causa é a própria sobrevivência das pessoas, as maiores doenças que existem com repercussões imensas no nosso Orçamento.

Esta manhã, antes de vir aqui, assinei mais de sete juntas médicas de evacuação para o exterior e quase todas elas são menores acompanhadas de suas mães. Passagem para os doentes e para as mães, vai agravar a nossa situação na embaixada, porque não temos meios. É isto tudo que gostaria que, ao examinarmos este Orçamento, vissemos aqui. É judicioso, é legítimo dizermos que queremos dinheiro para fazer isto, para fazer tais, tais, tais obras, mas não podemos fazer tudo de uma vez, porque não temos meios para o fazer. Acho que o exercício que devemos fazer aqui em conjunto era ver exactamente o que é prioridade das prioridades e assumirmos aqui o compromisso de poder fazer.

Acho que sim, São Tomé e Príncipe é um destino turístico por excelência e ando a dizer isso há muito tempo. Fico apavorado quando vejo a quantidade de árvores que abatemos na nossa orla marítima, o que vai castra-nos dessa possibilidade de podermos potenciar o turismo. Foi muito bem dito aqui e eu até a um dado momento pensei que poderíamos ter polícia montada, não é preciso moto ou carro nenhum, que fizesse a ronda. Se São Tomé e Príncipe é um destino turístico por excelência, as pessoas não podem ser incomodadas quando vêm tomar banho. Não podem ser privadas das suas potências quando vão à praia, e acontece muitas vezes. Vão fazer queixa na PIC, gastam dinheiro, mas nunca mais aparece nem o seu bilhete de passagem nem o passaporte e nem nada. É das coisas mais dramáticas alguém que vir passar férias num país e ver-se confrontado com uma situação que é inadmissível, afugenta as pessoas.

O nosso aeroporto é um calvário quando se chega. Só para se tirar as malas é uma sauna autêntica. Se não resolvemos esses problemas que são básicos, as pessoas vão e às vezes não voltam. Portanto, se aqui soberanamente chegarmos à conclusão de que o turismo é efectivamente um dos vectores fundamentais para o desenvolvimento económico, arregacemos as mangas todos e tomemos as medidas que são necessárias para que efectivamente se torne uma realidade. Não há outra forma de fazer. Demos um passo quando suprimimos o visto ao nível de Angola. O nosso condão não era um condão político, era por ser uma parceria estratégica. Angola é um parceiro estratégico de São Tomé e Príncipe. Às vezes isso é mal interpretado por algumas pessoas, não digo só aqui ao nosso nível, também no exterior. Não fujamos a uma realidade que me parece uma realidade evidência. São Tomé e Príncipe tem que ancorar. Esta é uma verdade de *la police*. São Tomé e Príncipe, se quiser sobreviver como Estado, deve ter uma ancoragem a vários níveis com Angola. Isto não quer dizer que os outros parceiros não sejam importantes.

Nesse grande especular sobre coisas que não têm nenhuma razão de ser, São Tomé precisa de toda gente, o que temos estado a fazer é trabalhar no sentido de reforçar das relações com os países que apresentam uma grande potencialidade em termos de relacionamento, para alavancar a economia santomense. Podemos aqui imaginar outras formas.

Srs. Deputados, não vou ser muito longo, mas quero dizer-vos que ontem, nessa diligência para poder dar-vos uma satisfação, pelo facto de ter-me referido às barracas, tive logo a minha dose.

Risos.

Quando entrei para o hospital, as pessoas gritavam: «arroz, arroz, arroz!» Srs. Deputados, o que é que tudo isto quer dizer. Quer dizer que hoje o nosso Estado é um estado vulnerável e enquanto as nossas instituições de Estado forem vulneráveis dificilmente podemos assentar uma política séria. Então, se os senhores disseram-me aqui que há ratos no hospital, que há cães, e ainda ontem vi uma série deles, interpelei o Sr. Director e ele disse-me que têm feito abate canino, mas só isto não resolve, é preciso vedar-se a parte principal do hospital para evitar acesso desses animais que proliferam doenças dentro do hospital. Como é que eu, enquanto governante, os senhores exigem-me que tenha uma posição para poder debelar uma situação terrível, mas há pessoas interessadas que dizem que as barracas devem para estar, porque fazem parte e temos dificuldades.

Compreendo as pessoas. Eu não sou nenhum ingênuo! Não atingimos o nível de desenvolvimento para dar emprego às pessoas e elas têm que sobreviver. Agora, isso não quer dizer que não resolvamos alguns problemas que são cruciais para que não haja males que são maiores. As pessoas têm que ter a compreensão, têm que ter sobretudo a veia do cidadão, para entenderem que não se quer fazer mal as pessoas. O que se quer é ajudar a resolver os problemas. Elas podem e têm direito a petição, que é um direito que está constitucionalmente consagrado, para dizerem que não concordam, mas não podem levar e nem podem ver nessa atitude uma vontade deliberada de atentar contra a sua luta pela sobrevivência. Temos que encontrar harmonização e temos que arregaçar as mangas e combater aquilo que vai mal.

Portanto, Srs. Deputados, é o que eu gostaria de vos dizer.

Sr. Presidente, se me permite, o Sr. Ministro das Finanças fará o uso da palavra.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, para uma primeira intervenção.

O Sr. Ministro do Plano e Finanças (Hélio Almeida):— Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço uso da palavra para, em dois momentos distintos, referir-me ao OGE e às preocupações que foram aqui legitimamente apresentadas pelas Sras. e Srs. Deputados.

Permita-me ainda, antes de mais, fazer uma pequena nota prévia, para sugerir às Sras. e aos Srs. Deputados que o Programa de Investimento Público que deve servir de base para as sugestões fosse efectivamente aquele que decorre da última revisão que foi efectuada. Algumas questões foram aqui levantadas, mas já estão devidamente ultrapassadas, no âmbito do projecto final. A título de exemplo, a questão de abastecimento da cidade da Santana é uma questão que já está devidamente ultrapassada.

Devo fazer um pequeno enquadramento do OGE 2013, orçamento esse que foi aprovado com um atraso de 3 meses, ou seja, o orçamento conheceu a sua aprovação no mês de Março. Nesse mesmo orçamento, como pressuposto de base, temos uma infração de 7%, um crescimento de PIB em torno de 4% e um défice primário em torno de 3% do PIB. Digo isso porque quando estivermos a fazer uma análise comparativa, porque inevitavelmente temos que fazê-lo, OGE de 2013, OGE de 2012 sucessivamente, porque os orçamentos têm uma relação muito directa. Primeiro, logo à partida, pelo facto de existirem projectos que conhecem o início num exercício económico N, terá que necessariamente ter uma continuidade no exercício económico N+1, dentre outros aspectos.

Gostaria de dizer também que o Orçamento foi aprovado num contexto em que a crise financeira internacional continua a ditar as regras do jogo e onde existem restrições de financiamento sérios e sobretudo, de acordo com a nossa realidade, quando olhamos a questão da dependência que já foi aqui, de forma detalhada, descrita pela intervenção de alguns dos Srs. Deputados. Esses factos são de carácter estrutural sobre os quais o País deve fazer uma profunda reflexão.

Permitam-me ainda, ao de leve, fazer referência a algumas realizações que em alguns casos passaram despercebidas, mas que são de extrema importância para o alavancar da nossa economia, para que São Tomé e Príncipe efectivamente consiga dar passos rumo ao desenvolvimento que se pretende sustentável. Exemplos: foi submetida ao Tribunal de Contas a Conta Geral do Estado referente ao exercício económico 2010/2011, sendo que a referente ao exercício económico 2012 está em fase de conclusão. Os Srs. Deputados perguntar-me-iam qual é o impacto disso, mas a verdade é que isso dá um sinal claro de que o País está a caminhar para a transparência e para que cada um dos órgãos de fiscalização possam entrar em serra, levando a bom porto aquelas que são as suas atribuições.

Foram lançados dois projectos importantes: o PAGEF, que é o Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira, e o GUCE, que é o Guinche Único de Comércio Externo. Srs. Deputados, esses dois projectos são estruturantes. Eles são transversais e constituem a pedra angular para que efectivamente consigamos

falar com maior propriedade sobre a melhoria do clima de negócios. Por mais que realizemos esforços, se forem esforços isolados em matéria de investimento público na melhoria dos nossos serviços, se não houver uma correlação directa entre essas acções, não seremos bem-sucedidos. Não estamos isolados.

Actualmente, na era da informação e de conhecimento, onde os níveis de competitividades são cada vez mais aceleradas, é importantes referir que o País tem que adoptar esses mecanismos internacionais que possam conduzir para que melhoremos a qualidade dos nossos serviços prestados ao nível do País, quer no sector público quer no sector privado. Uma outra informação que decorre de esforços de vários governos ao longo desses últimos anos foi a adaptação da Lei sobre Branqueamento de Capitais, que permitiu que São Tomé e Príncipe fosse excluída da lista negra, e devo aproveitar para felicitar a Assembleia Nacional por essa iniciativa.

Aplausos gerais.

É um facto determinante, Sras. e Srs. Deputados, para essa luta que travamos quotidianamente para atracção de investimento directo estrangeiro e não conseguiremos fazê-lo, porque existem restrições internacionais que são postas àqueles grandes fornecedores, quando se trata de ordenamento jurídico de destino de investimento. Essa é uma vitória do País, estamos todos de parabéns e precisa ser enaltecido.

Realizamos aqui dois eventos: a mesa redonda com os parceiros de desenvolvimento, onde foi apresentado o plano de acções prioritários do País, devido o GAP de financiamento que assistimos, bem como a reunião de pequenos Estados insulares, em que também houve uma participação muito activa da Assembleia. Esses factos conduziram a que o País fosse olhado com outros olhos, porque infelizmente a imagem do País no exterior é uma variável incontornável. Era preciso convidar as pessoas para virem cá e foi possível verificar-se efectivamente aquilo que é feito no País e nos moldes em que são realizadas, para tentarmos incrementar os actuais níveis da imagem do País e o conhecimento, enquanto um destino de turismo, de investimento e um destino onde efectivamente se possa rentabilizar todo o capital investido, independentemente da nossa dimensão crítica.

Posto isto, permita-me que faça mais uma menção, um facto que também é histórico: a inflação observada no exercício económico 2013. É um facto histórico. Conseguimos, até finais de Novembro de 2013, uma inflação acumulada de 5,6%. Isso é um facto histórico muito positivo e esperemos que consigamos potenciar todas as vantagens que estão inerentes a esta questão.

Aplausos gerais.

Agora, com a vossa permissão, falo da execução do orçamento de 2013. Aqui foram feitas algumas referências sobre o nível de execução e começemos pelas receitas, que já vimos que são insuficientes para satisfazer às nossas necessidades correntes. Até Novembro de 2013 as receitas correntes cifraram-se em 868 mil milhões de dobras contra os 667 mil milhões registados em igual período de 2012. Isso traz uma execução de 91% face àquilo que fora orçamentado e um aumento de 30% quando comparamos os dois períodos. É um aumento! As receitas fiscais cifraram-se em 774 mil milhões de dobras contra os 604 mil milhões registados em 2012, um aumento de 28% e contra esses factos não temos argumentos.

Sras. e Srs. Deputados, os impostos directos cifraram-se em 280 mil milhões de dobras contra os 200 mil milhões registados em igual período de 2012, um aumento de 40%. Portanto, poderia aqui elencar muitos factos, mas continuarei disponível para questões pontuais.

Devo dizer também que as receitas correntes conheceram um implemento significativo, é um facto que preocupa o Governo, e estamos a falar das despesas correntes que se situam em 885 mil milhões de dobras contra os 729 registados em 2012, uma realização em torno de 86%.

Permitam-me chamar aqui atenção para o seguinte: foi necessário adoptar algumas políticas de contenção de despesas operacionais para que efectivamente fosse possível absorver o gap, o desvio, a derrapagem que se registou quando tivemos que implementar, ainda que gradualmente, a carreira dos profissionais da Saúde e da Educação. Isso implica dizer que nalguns sectores as verbas de despesas correntes de funcionamento tiveram que ser reduzidos ao mínimo. Para o exercício económico 2014, naturalmente que não haverá margem de manobra para reduzir, porque as despesas de funcionamento têm um limite mínimo que já atingimos. Agora a questão que se coloca é, numa altura em que queremos atrair investimentos diversos estrangeiros, precisamos dotar as nossas instituições de capacidades operacionais e técnicas que sejam passíveis de levarmos a bom porto aqueles que são os desideratos de desenvolvimento que o País enfrenta, seria justo pautarmos por um aumento, um agravamento do sinal de senário fiscal.

Não. Automaticamente iria fazer com que deixássemos de ser um país atractivo. Por isso é que solucito a esta augusta Assembleia apoio no sentido de efectivamente contermos ainda mais as pressões que se têm registado em torno das despesas. Nós temos um limite, a capacidade de cobrança tem um limite e é necessário que comecemos a repensar toda a filosofia em torno da execução das nossas despesas.

Foram aqui levantadas algumas propostas que o Governo tomou muito boa nota, mas compreenderão, Sras. e Srs. Deputados, tendo em conta a reforma que está em curso, a descentralização do funcionamento

de Administração Pública, é necessário haver o envolvimento intersectorial. Para os sectores que remeteram os projectos, estão aqui alojados, existem verbas que estão cá e é preciso que efectivamente conheçamos toda a estrutura técnica que está associada a cada um deles, de forma a sabermos exactamente que reafectação poderá ser feita.

Devo ainda dizer que registei particularmente a proposta feita pelo Sr. Deputado Levy Nazaré, relativamente aos projectos que estão inscritos no Ministro do Plano e Finanças. Permita-me aqui dizer que as verbas que estão inscritas com as rubricas 5359, 4929 e 4925 serão, na prática, implementadas numa articulação conjunta do Ministério do Plano e Finanças, Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, Ministério da Juventude e Desporto, a Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços. Estamos a falar da necessidade de, como já fez referência aqui o Sr. Primeiro-Ministro, dinamização do sector privado, mas é preciso que haja um projecto concreto, é preciso que capacitemos os nossos jovens, daí que no âmbito do projecto PADRHU foram construídos dois centros de formação para capacitação profissional e artesanal, onde numa dinâmica intersectorial se possa dar uma nova estrutura.

É um projecto que já está a ser devidamente articulado com o Ministério da Juventude e Desporto, porque no entender do Governo não seria positivo ser o Ministério das Finanças ou cada um dos ministérios a atribuir directamente verbas aos empreendedores, aos empresários. Serão canalizadas através de uma instituição financeira com toda a transparência que deve nortear esse processo, em que a componente activa do Governo nesse processo seria na subvenção das taxas de juros que são praticadas num processo claramente público, em que os projectos serão seleccionados com base nas prioridades e agora mais do que nunca aproveitando essa publicidade feita ao País, que necessariamente o sector de turismo vai ocupar uma posição cimeira.

Em princípio, fico por aqui, mas poderei fazer outras intervenções.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Ministro de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente.

O Sr. Ministro de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente (Osvaldo Abreu):— Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus agradecimentos pela oportunidade e passo de seguida ao uso da palavra, tentando dar vasão às diferentes preocupações que foram aqui levantadas e que dizem respeito ao Ministério sobre a minha tutela.

Sr. Presidente, devo dizê-lo que venho cá com muita energia...

Aplausos gerais.

...energia não só emanada dos cabos que tem levado luz às casas dos nossos cidadãos, mas também energia que vem das nossas fontes energéticas renováveis, tal como nos propusemos a um ano que deverá ser determinante para a reviravolta e a solução dos problemas energéticos que enfermam o nosso país ao longo de década.

Também venho com muita alegria, porque consigo ver luz no fundo de túnel, muita luz. Esta luz que foi enaltecida pela CNN e que vem uma vez mais dar razão a nós mesmos que durante muito tempo tínhamos alguma dúvida da viabilidade do nosso país. Mas há muito por fazer, Sr. Presidente, e nesta Casa, neste momento, temos uma oportunidade dourada de mostrar a nós mesmos e ao mundo inteiro que somos capazes. É nesta capacidade é que estamos empenhados, começando pela energia. O esforço que o Governo tem empreendido para dar volta à questão crónica da falta de electricidade no País é notória e aproveito este palco para felicitar a todos os colaboradores meus da Empresa de Água e Electricidade (EMAE) pelo trabalho abnegado, profissionalismo e esforço empreendido com resultados mais do que visíveis. Hoje temos instalado na ilha de São Tomé e Príncipe uma capacidade de 17,5 megawatt e o nosso consumo ronda os 15,5, ou seja, temos geradores de reserva, neste momento...

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD):— Então, mande um para o Príncipe.

Risos de MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. Ministro de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente:— ...e fizemos maioritariamente com o esforço dos técnicos nacionais a reabilitação não só dos grupos, mas sim das linhas. Como devem estar recordados, éramos espantados pelos morcegos que tomavam conta das nossas linhas e eles desapareceram, foram exportados, porque os trabalhadores da EMAE fizeram o trabalho que devia ser feito. Nas condições actuais de pouco investimento, souberam dizer que é possível manter a electricidade estável com alguma qualidade no nosso país.

Já que o colega Levy falou de sabotagem, gostaria de aproveitar este palco para lançar um apelo desde aqui a todas Sras. e Srs. Deputados, para que tomássemos estas questões com muita seriedade e que apelássemos às pessoas que de uma forma ou de outra têm feito ou agido de forma não adequada contra os meios económicos do País, para deixarem de o fazer. Eu falo mais especificamente nas questões de

rede energéticas e também relativamente aos ataques que a iluminação do aeroporto tem sofrido. E falando do aeroporto, queremos dizer que os ataques que a rede que prometeu a iluminação das pistas nossas tem sofrido não cessaram. O problema é que os sabotadores deixaram de ter palco para serem visíveis. Continuamos a lidar com esta questão de forma interna, não só ao nível do Ministério das Obras Públicas, mas também ao nível do Ministério da Defesa, porque as pessoas com os seus propósitos têm atentado contra a economia do nosso país. E já agora com esta senda maravilhosa de publicidade do nosso turismo, reforço este apelo para que esta acção seja condenada desde este palco.

O nosso Deputado da Região Autónoma do Príncipe desde a Segunda-feira falou, e com razão, das dificuldades de fornecimento da energia eléctrica àquela parte do Território Nacional e falou de soluções mágicas. Disse que o Príncipe só teve energia por uma arte de magia. Nessa perspectiva, eu não gostaria de pensar que os técnicos da EMAE são mago ou que fizemos magias, não. Foi trabalho, Sr. Deputado, muito trabalho. Tínhamos esse desafio e tenho o privilégio de privar consigo, não só sobre a questão da EMAE, mas sobre várias situações que têm a ver com a vida da Região Autónoma do Príncipe. O Sr. Deputado é uma pessoa preocupada com aquela Região e são todos os outros representantes do povo, como o Sr. Eng.^º Tozé Cassandra, e não só.

Tivemos conhecimentos do problema com o nosso gerador Caterpilar, que é devido ao aquecimento. O Sr. Primeiro-Ministro já fez alusão a algumas das causas, não conseguia produzir energia na sua capacidade média, cerca de 700 megawatt, mas ficava por 400 megawatt. Um pouco mais começava a aquecer e poderia dar berro. Movimentamos todas as nossas condições locais, incluindo a assistência da CIEM, que a representante da Caterpilar em São Tomé e Príncipe, e conseguimos várias soluções e uma delas foi justamente dividir a cargo que a Região Autónoma do Príncipe, enquanto ilha, fazia sobre um gerador Caterpilar, ou seja, ele sozinho tinha quase 2/3 de carga de demanda, enquanto outros geradores tinham quase uma parte irrisória. Foi necessário pegar a rede, dissociá-la, para transferir outras cargas para outros geradores e assim poder manter o Caterpilar a funcionar na sua capacidade aceitável. Neste momento e ao mesmo tempo, outras regiões também puderam ter energia.

E assim, Sr. Deputado, conseguimos, durante a época festiva, aumentar a capacidade horária de energia fornecida para as populações. Saiu de uma média de 15 a 17 horas para 22 horas, em média, por dia durante o período entre 25 a 31 de Dezembro até 1 de Janeiro, mas não é uma solução definitiva, porque os problemas continuam. Como estão recordados, fizemos uma campanha ao nível internacional, particularmente para Angola e para Portugal, com o intuito de encontrar uma solução de emergência para as ilhas de São Tomé e Príncipe e temos resultados, temos propostas concretas que me vieram de empresas portuguesas, de empresas também localizadas em São Tomé e Príncipe e de outras empresas angolanas para uma solução rápida. Quando dizemos rápida nessa perspectiva, estamos a falar de 2, 3 meses, para tratar do problema de energia do Príncipe e não só. Sucede, porém, que tivemos algumas dificuldades em financiar estes projectos, que rodam cerca de 2 milhões de dólares, para reforçar a capacidade da ilha do Príncipe para cerca de 1,5 a 2 megawatt de energia, que é a nossa perspectiva para um prazo de execução de cerca de 3 a 4 meses, tendo em conta a encomenda que se tem que fazer de geradores de alta rotação, que não é a nossa melhor escolha. Entretanto, para geradores de baixa rotação teríamos que demorar 8 a 9 meses.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que todas as condições estão a ser criadas após a aprovação, queiramos que sim, do Orçamento para que imediatamente possamos colocar os recursos disponíveis em solucionar o problema que se colocou em relação à manutenção do gerador Caterpilar que deve atingir os 18 mil, talvez no final deste mês.

Sr. Presidente, tivemos aqui várias abordagens, falando da questão do aeroporto e da lista negra, em relação à nossa situação aeroportuária. Devo dizer que todas as nossas acções têm-se concentrado na melhoria da operacionalidade do aeroporto, desde o princípio e é o que fizemos. Há resultados visíveis e conjuntamente com a INAC e mais a Instituição da Aviação Civil Regional estão a ser tomadas uma série de medidas recomendadas para que possamos rapidamente encontrar soluções que nos permitam sair da lista negra da ICAO.

Relativamente a questões que têm a ver com o troço de estradas, temos no nosso orçamento um montante bastante avultado para vários troços de estradas do País, de Norte a Sul, incluindo a Região Autónoma do Príncipe. Recentemente fizemos o lançamento de concursos e outros foram feitos com periodicidade, numa perspectiva de rapidamente termos cobro à deterioração das estradas no País.

Percebo a vontade dos Srs. Deputados representantes das diferentes comunidades e do povo, em querer ter todas as suas comunidades inscritas no OGE. Estamos completamente abertos e tendo em conta as propostas que foram feitas, no sentido de fazer as adaptações necessárias, porque há certamente repetições algumas foram aqui ditas e há outras que não foram ditas, mas que existem, tomamos boa nota e vamos, na sede própria, conjuntamente convosco, fazer essas abordagens.

O Deputado Levy Nazaré, quando esteve no uso da palavra, perguntou ao Executivo, nas circunstâncias que estamos da publicidade feita para o turismo santomense, o que é que este Orçamento traz para potenciar esta oportunidade. Devo dizer-lhe que trazemos muita energia e está espelhado em várias rubricas deste orçamento. Mais do que nunca, temos que resolver o problema crónico de abastecimento de energia em São Tomé e Príncipe e no orçamento existem várias rubricas que têm como objectivo dar volta a

esta situação, sem contar com o acordo que já fizemos relativamente ao aproveitamento hídrico do rio lô Grande e o concurso público que vamos lançar para outros aproveitamentos da potencialidade hídrica do nosso país. Igualmente temos várias rubricas que têm a ver com a estabilidade do abastecimento de água para as populações. São várias, estamos a falar da rubrica 5347, 5368, 5369, 6572, que abrange quase a totalidade do País, em termos de abastecimento de água para as nossas populações.

Na rubrica 5343, mencionada pelo Deputado Albertino Bragança, o projecto de expansão urbanística Gongá a Santo Amaro, como foi muito bem descrito pelo nosso Deputado não vou repetir, mas a nossa sociedade está estourar pelas costelas e precisamos de contornar esta situação. Os arredores, os bairros periféricos não têm condições nenhuma e é nesta óptica que o Governo decidiu elaborar, e já está concluído, um projecto de uma nova expansão urbana, ou seja, uma nova cidade, que nos vai permitir desafogar um pouco a nossa cidade colonial, que não foi feita para a quantidade de pessoas que cá temos e ao mesmo tempo dar uma maior dignidade inclusive a várias instituições do País, que estão uma sobre a outra.

As casas sociais também estão inscritas e temos concluído o projecto de montagem para todo o País, os distritos todos, incluindo a Região Autónoma do Príncipe e pensamos também levar este processo ao concurso ainda ao longo deste mês, e não só.

Sr. Deputado Levy Nazaré, gostaria de aproveitar este palco, com a permissão do Sr. Primeiro-Ministro, para fazer dois anúncios, um tem a ver com a oportunidade que tivemos de incluir São Tomé e Príncipe na lista dos projectos regionais de energia, com a possibilidade de beneficiarmos do cabo submarino de energia eléctrica desde o Continente. A equipa do nosso país esteve em duas secções de trabalho, em Malabo e em Libreville. Eu e o Sr. Engº Hélder Paquete, que me acompanhou, conseguimos inscrever o País neste projecto. Como muitos poderão imaginar, o projecto de cabo submarino para telecomunicações parecia um sonho, mas foi realizado e estamos em crer que para energia eléctrica também poderá ser realizado, porque existem potencialidades suficientes no Continente e sensibilidade dos nossos pares para que São Tomé e Príncipe seja integrado na sub-região em termos de fornecimento de energia eléctrica.

O outro anúncio tem a ver com a suspensão do serviço de sex line, utilizando o código internacional de São Tomé e Príncipe. O Governo tomou medidas e a partir de 31 de Dezembro do ano 2013, em conversações com a PT, pedimos a suspensão desse serviço, que em muito tem prejudicado a comunicação para São Tomé e Príncipe.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. Cecílio Quaresma (ADI): — Muita gente padeceu com isso.

O Sr. Ministro de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente:— O Deputado Adllander Matos falou de água para Santana. Devo informá-lo que este projecto está incluído no orçamento actual rectificado e o Deputado Hélder Paquete fez várias propostas que vamos tomar em consideração e vamos trabalhar algumas delas conjuntamente, para fazermos essa distribuição.

Relativamente ao Sr. Deputado Delfim Neves, quando falou de Canavial, obviamente não está incluído, mas tendo em conta que há aquelas duplicações, é possível fazer essa ginástica que nos foi recomendada.

Sr. Deputado Arlindo Barbosa, o problema de saneamento faz parte do nosso orçamento, existe uma verba concentrada para esse projecto e estamos em crer que a região de Saton também será incluída.

Quanto a Diogo Vaz, está no programa da EMAE com cálculo económico feito e instalaremos um gerador com cerca de 50 Kva e estará incluído dentro das centrais insoladas da EMAE.

Sr. Deputado Ayres Major, a falha geológica que tem ameaçado, de certa forma, a estrada que liga a zona Sul tem um trabalho feito. Tivemos que fazer um trabalho geológico de fundo para se conhecer a profundidade desta falha e os estudos já estão concluídos, já temos os resultados e precisamos agora de lançar o concurso para a execução deste pequeno troço. Como não vem incluído no Orçamento, é possível que possamos inclui-lo ou podemos atribuir à empresa que tem estado a executar a obra para zona Sul do País.

Será decisão soberana desta Assembleia de dar alternativa a este problema.

Quanto ao porto do Príncipe, estava no orçamento anterior e fazia parte do plano de cabotagem para São Tomé e Príncipe. Como foi bem explícito, o Sr. Deputado António Barros, temos dificuldades em fazer o comércio e o transbordo de mercadoria e pessoas na Região Autónoma do Príncipe.

Temos no Orçamento uma rubrica que está relacionada com aquisição de um barco de cabotagem, mas ao mesmo tempo, temos uma verba de 1,5 milhões euros da União Europeia para compra de um barco para essa mesma actividade. No entanto, como deve ser do conhecimento dos Srs. Deputados, a União Europeia tem os seus mecanismos de celeridade, para execução deste tipo de projecto que foge a nossa vontade em termos de *timing*. Esse projecto existe e está no seu andamento.

Poderíamos sugerir que se retire parte do financiamento para a compra do barco de cabotagem e colocá-lo na construção do porto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Gostaria de usar da palavra, de acordo com o artigo 97.º do Regimento, para responder a primeira intervenção que citou o meu nome, o Sr. Ministro Osvaldo Abreu.

Uma Voz: — Os artigos 7.º e 16.º.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O artigo 7.º e 16.º está por erro do Regimento. Já estudei isso, logo, é um erro do Regimento. Os artigos 7.º e 16.º têm que ser alterados quando estudarmos o Regimento.

O Sr. Ministro usou da palavra e citou o meu nome, gostaria de responder.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, concedo-lhe três minutos.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, queria apenas usar do direito de resposta, na primeira parte da intervenção do Sr. Ministro porque citou o meu nome. Todo o povo está escutar-nos e a ver, é preciso de facto dar essa resposta.

Sr. Ministro, em primeiro lugar, queria dizer que quando anunciasse os grandes projectos que o seu Governo tem para o País, como o caso do cabo submarino para o transporte de energia, que não se dirigisse apenas a um representante do povo porque somos 55 representantes do povo, por respeito aos outros. Logo, dirija-se a todos os Deputados na Assembleia e não apenas para Levy Nazaré!

Junto-me a sua voz e concordo consigo que tudo devemos fazer para condenar todos aqueles que destroem os bens públicos. O meu Grupo Parlamentar junta-se a sua voz e apela a todos os sãotomenses que têm responsabilidade, se souberem quem destrói os bens públicos para denunciarem nas instituições próprias.

Apelo a todos os dirigentes, não só aos membros do Governo, como os de outros sectores, empresas públicas e não só.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, esses aspectos não se enquadram na defesa da honra que quer fazer.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, vou concluir e explicando o porquê.

Este apelo é no sentido de pedir as pessoas que têm responsabilidades nas empresas para tudo fazerem para não cortarem os cabos, quer do aeroporto e outros lugares para não incriminarem os partidos da oposição.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, vamos interromper os trabalhos.

Eram 12 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 13 horas e 30 minutos.

Vamos retomar a sessão, depois deste pequeno intervalo. Estávamos a analisar o sector económico e financeiro.

Vou anunciar o tempo disponível: o Governo tem 3 minutos e 15 segundos, o Grupo Parlamentar da ADI tem 47 minutos e 7 segundos, o do MLSTP/PSD tem 27 minutos e 4 segundos, e o do PCD tem 4 minutos e 33 segundos.

Gostaria de saber, Sr. Primeiro-Ministro, não obstante o tempo ser escasso, se há ainda algum Sr. Ministro que deve fazer o uso da palavra.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, trata-se de uma situação um pouco difícil, fizemos má gestão do tempo, quando se gera mal, tem-se problema dessa natureza. Três minutos e escassos segundos não seriam suficientes para que os Srs. Ministros do Comércio e da Agricultura respondam às questões que eventualmente os Srs. Deputados tenham colocado.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, tendo inicialmente admitido a possibilidade de, após esgotado o tempo adoptarmos o novo período, fazer a redistribuição do tempo, tendo em conta que o Governo precisa de fazer alguns esclarecimentos, gostaria de saber se, neste momento, há algum Grupo Parlamentar que queira pôr à disposição do Governo algum tempo.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD). — Sr. Presidente, o MLSTP/PSD disponibiliza 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. Idalécio Quaresma (ADI). — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar da ADI disponibiliza 10 minutos.

O Sr. Presidente: — O Governo tem neste momento mais 20 minutos, sendo 10 do Grupo Parlamentar MLSTP/PSD e 10 da ADI, anunciado pelos Srs. Líderes Parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, nesta óptica convido o Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural.

O Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (António Dias): — Aproveito esta oportunidade para saudar o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, assim como todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Queria também desejar a todos os Srs. Deputados um 2014 muito próspero, assim como todo o nosso povo e todos os estrangeiros que convivem connosco. Gostaria de felicitar a todos os Srs. Deputados porque a discussão da lei de programação financeira está a ser feita, com muita elevação e profissionalismo. Assim, temos estado a dar uma outra imagem da nossa Casa Parlamentar ao nosso povo. Espero que isso seja durável.

Murmúrios.

No que concerne ao assunto atinente ao Ministério sob a minha tutela, a Sra. Deputada Maria das Neves levantou uma questão que acho oportuna e vamos reter esta preocupação. Tendo em conta que os recursos são parcisos, vou propor que, no quadro da rubrica 3882 que é um programa de extensão rural, possamos, no quadro da boa gestão, encontrar alguma verba ali para a construção de um ateliê para dar atenção ao nosso parque de maquinarias que é indispensável para o desenvolvimento agro-pecuário.

O Sr. Deputado Hélder Paquete levantou uma preocupação sobre a irrigação. Temos um projecto que nos tem dado uma atenção neste domínio, que é o PRIASA, financiado pelo BAD e que tem estado a fazer pequenas irrigações, que não resolve o problema, mas mitiga-o. Este projecto vai terminar já no primeiro trimestre do ano 2015, com o BAD estamos a trabalhar na conceção de um PRIASA II e com muito mais recursos financeiros. Acho que no futuro teremos que fazer obras de irrigação colossais, estruturantes, para resolver de uma vez por todas o problema de irrigação ao nível nacional.

Acompanhei atentamente a intervenção do Sr. Deputado Levy Nazaré que disse que temos que dar maior atenção às questões económicas. Subscrovo esta preocupação, mas queria dizer que, tendo em conta a realidade actual do País, temos que fazer as duas coisas. Quem vai a algumas comunidades rurais e vê o estado habitacional dos nossos pequenos agricultores, se for ao interior das habitações, pior ainda! Contudo, se alguém o fizer, poderá lacrimejar e para que não haja lágrimas de crocodilo, o Governo propôs um montante de 800 000 dólares, para minimizar esta situação. Precisamos de qualquer coisa como 16 milhões de dólares, para melhorar a situação habitacional dos pequenos agricultores.

Fizemos uma proposta de apenas 5% que corresponde a 800 000 dólares. No ano passado, conseguimos melhorar acima de uma centena de habitações para os pequenos agricultores. Este ano pretendemos construir ou reabilitar acima de 150 habitações.

Uma Voz: — Muito bem!

O Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural: — No que concerne às actividades económicas, temos que dar uma atenção especial porque temos que ter recursos para atender a demanda social. Queria chamar atenção, porque não estamos mal neste Orçamento. Temos o projecto de desenvolvimento de culturas alimentares, no valor de 9000 milhões para atender a rubrica «o apoio ao desenvolvimento das culturas alimentares». Na rubrica «incremento da produção e da produtividade das parcelas agrícolas», vamos dar uma atenção especial às culturas perenes, mormente cacau, café e pimenta.

Temos a rubrica 4831 que é o projecto de «abastecimento de insumos agrícolas», vamos dar uma atenção às culturas hortícolas, em suma, no quadro das prioridades porque tudo é prioridade. Acho que vamos fazer muito bom trabalho no ano que se inicia.

No ano findo, houve um crescimento substancial do nosso principal produto de exportação. Em 2012, tivemos qualquer coisa como 1,5 toneladas e no ano transacto estivemos a rondar 2,5 toneladas, é muito importante. Vamos arregaçar as mangas para ver se este ano chegamos às 3000 toneladas.

Aplausos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, com a sua permissão, chamaria o Sr. Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, para fazer o uso da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Comércio, Indústria e Turismo.

O Sr. **Ministro do Comércio, Indústria e Turismo** (Demóstenes dos Santos): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Sr. Primeiro-ministro, com a sua permissão, antes de fazer menção às propostas aqui levantadas, gostaria de agradecer a todos os Srs. Deputados que enalteceram a questão do turismo. Para mim é prova de que há uma coesão nacional à volta do desenvolvimento do turismo. O primeiro passo já está dado, entendemos que o segundo passo será após a provação do Orçamento.

Algumas questões, nomeadamente as que foram levantadas pela Sra. Deputada Maria das Neves, concernente ao projecto hotel-escola. A Sra. Deputada lançou a proposta de reappreciarmos o projecto e quiçá utilizar a instalação do CATAP para execução do mesmo. Entendemos que é uma proposta viável. Para o efeito, tínhamos que alterar o projecto no que toca à questão do hotel porque o projecto é concebido em duas vertentes: a formação e o hotel.

Com este projecto iríamos resolver dois problemas. Em primeiro lugar, seria o reaproveitamento de uma das casas coloniais, foi sugerido aqui pelo Sr. Deputado Rafael Branco, que temos as antigas casas coloniais subaproveitadas e algumas mesmo em ruina. Neste projecto identificámos o antigo hospital da Roça Diogo Vaz. Neste caso, uma parte do edifício seria para formação de quadros na área de turismo e hotelaria e a outra funcionaria como hotel onde os formandos teriam a aula teórica e do outro lado executaria uma prática.

O rendimento do hotel serviria para sustentar o projecto, com o andar do tempo deixaria de ser um peso para o Estado e quem sabe, poderia ser concedido a um privado para exploração e teríamos um hotel e uma escola.

Não podendo ser assim, aproveitando as instalações do CATAP, aplicaríamos apenas a vertente formação. É algo que o Governo poderá analisar e ver que vantagem trará ao projecto tal como está ou remodelá-lo.

Entendemos que esse projecto viria dar resposta ao desafio que já tínhamos e agora com o maior peso, devido à notícia da CNN, que é melhorar a qualidade do serviço hoteleiro que o País oferece aos turistas. É uma constatação já feita, temos estado a trabalhar para melhorar, realizámos formações técnicas-profissionais para quadros das unidades hoteleiras que operam no País e não só. Neste Orçamento de 2014, vamos continuar com o projecto «O Turismo para todos», implementando este projecto o problema estaria resolvido.

Vamos apreciar no Governo como podemos remodelar o projecto de modo que ele seja exequível.

Outra proposta feita cá pelo Sr. Deputado Levy Nazaré, já teve resposta por parte do Sr. Ministro das Finanças, que é a reafectação de algumas verbas do Ministério do Plano e das Finanças. Foi explicado que há projectos, como «Empreendedorismo Industrial» que engloba o sector da indústria, do turismo e serviços de valor acrescentado. É um projecto em que todo o processo será feito desde a formação, selecção pelo Ministério de Comércio, Indústria e Turismo e parte de financiamento do Ministério das Finanças.

Com a informação de que o turismo está no auge, aos proponentes do projecto podemos direcionar para o sector do Turismo. Tínhamos em mente o sector do Comércio e Indústria, e o turismo numa vertente menor, mas podemos trocar e passar ao Turismo para aproveitarmos essa oportunidade.

O Governo tem algumas verbas inscritas para o turismo, dado a transversalidade deste sector, a informação da CNN vem de acordo com aquilo que já tínhamos em carteira que é melhorar todo o sistema para que o turismo ocupe o lugar que deve ter na nossa economia.

O Sr. Ministro das Infra-estruturas já fez menção na sua intervenção da melhoria das estradas, da energia, do aeroporto e da comunicação. São áreas necessárias para que tenhamos um turismo sustentável e com rendimento que precisamos.

O Sr. Primeiro-Ministro falou da questão do Banco de Urgência que estamos quase na fase de inauguração e um hospital de referência que pretendemos construir.

Temos a questão de agricultura que tem estado a reabilitar as casas comboio que para nós também dá uma grande visão ao nível do turismo. A recomendação da CNN é clara: «visitar as casas coloniais e tomar um bom café». Portanto, reabilitando as casas coloniais, os turistas chegam e vêm que há essa preocupação do Estado para com as pessoas que vivem nas roças.

No Ministério do Turismo concretamente estamos a melhorar, temos a questão dos diplomas, anteriormente não tínhamos muitas leis para regulamentar a actividade, mas já aprovámos algumas e outras estão na fase de promulgação. Temos o projecto de requalificação dos sítios turísticos, foi algo levantado pelo Sr. Deputado Delfim Neves. Temos a questão das praias. Hoje temos as nossas praias tal qual Deus criou, sem nenhuma intervenção humana. Temos um projecto de requalificação das praias em que pretendemos, além dos balneários, ter um espaço recreativo para a prática desportiva, calçada, recreios e outras actividades. Acredito que ao nível daquilo que está orçado, temos muita coisa a fazer que vai beneficiar o turismo.

Uma vez aprovado o Orçamento passaremos à acção. Creio que houve propostas, algumas já foram mencionadas pelo Sr. Ministro das Finanças. O Governo vai reequacionar alguns projectos, algumas verbas e fazer nova reafectação.

Enquanto o titular da pasta, tudo o que vier para o sector do turismo, será bem-vindo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Ministro, o que se passa com a Pousada da Boa Vista que numa altura era base de instalação dos turistas que vinham a São Tomé e Príncipe?

Vozes: — Mais, mais.

O Sr. **Ministro de Comércio, Indústria e Turismo**: — Sr. Deputado, é um dossiê herdado, a questão da Pousada da Boa Vista. Informação que temos, é que a infra-estrutura foi vendida a um grupo privado angolano. É algo que temos que colher mais e melhor informação para depois decidirmos.

Murmúrios.

O Sr. Presidente: — Caros colegas, depois de vários esclarecimentos feitos pelo Governo, vamos dar sequência aos nossos trabalhos. Srs. Deputados, estamos em sede da especialidade. O Orçamento vai ser aprovado, assim, espero, e vai ser escrutinado por nós. Houve, várias propostas, há disponibilidade de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e dos seus membros do Governo, que aqui fizeram referência relativamente às várias propostas apresentadas por Vossas Excelências, porém, ficamos numa certa ambiguidade.

O Orçamento deve ser preciso, os números têm que ser claros e as rubricas devem ser claras. Daí que gostaria de ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, antes de passar a palavra aos outros Srs. Deputados, nesta fase da nossa discussão, face às propostas apresentadas, o quê que podemos reter para que posteriormente possamos, quer o Parlamento quer o Governo, falar das mesmas coisas, das mesmas rubricas e dos mesmos valores. Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro nos ajudasse, face às várias propostas apresentadas, para permitir que o Orçamento seja preciso.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, respondendo a sua preocupação, devo dizer que o ambiente que presidio a discussão deste Orçamento leva-nos a concluir que foram feitas uma série de proposta, como já disse, considero-as judiciosas. É preciso um trabalho para encontrar, digamos, a sistematização de forma que o programa financeiro do Estado não sofra qualquer desfiguração.

Portanto, com todo respeito pelas opiniões que foram expendidas cá, acho que há uma corrente consensual sobre vários aspectos, mormente no que tange às questões sociais mais gritantes, devemos procurar alojá-las, procurar encaixá-las no conjunto das prioridades e de acordo com os recursos limitados de que dispomos. Sr. Presidente, este trabalho não poderá ser feito imediatamente, porque requer efectivamente da parte dos serviços, mormente o Orçamento, algum tempo para o fazer.

Sr. Presidente, relativamente à questão de abastecimento de água potável para as populações, em relação às estradas que são efectivamente importantes. Houve alguma chamada de atenção, houve alguém que referiu aqui sobre o pagamento de pensões, do Grupo Parlamentar do ADI e a Sra. Deputada Maria das Neves, retive duas coisas: uma é que de uma vez por todas se resolva esse problema dos licenciados, e não podemos estar toda hora com problemas dos licenciados, outra, é que, nós não seremos coerentes se não tivéssemos uma atitude de reconhecimento, se a Pátria não tivesse uma atitude de reconhecimento, em relação aos que deram o melhor de si durante a sua juventude, para que pudéssemos falar em liberdade, para que essas pessoas fossem relegadas ao abandono ou, pelo menos, se não houvesse um gesto da nossa parte.

Tenho essa questão como prioritária e quero confessar aos Srs. Deputados, que estava à espera, efectivamente, que nós tivéssemos recursos provenientes dos 30 000 barris de petróleo, aquilo que chamamos de *Club allocation* para alocar uma parte dessa verba para pagar as pessoas, para fazer com que essas pessoas tenham um fim de vida menos penoso. Choca-me ver figuras de libertação andarem num estado extremamente difícil, algumas pessoas estão cegas, outras que necessitam de medicamentos, e que não têm o dinheiro para comprar, e nós não fazemos efectivamente nada para essa gente. Portanto, é uma questão que foi levantada pela Deputada Maria das Neves, registámos e estamos a estudar formas como efectivamente resolver este problema.

Alguém colocou outra questão, desculpe, não recordo se foi o Sr. Deputado António Barros do Príncipe, relativamente aos incêndios. Entendo que o incêndio não é uma catástrofe natural. Não sendo uma catástrofe natural, tendo em conta a quantidade de incêndios que tem deflagrado, falo dos incêndios individuais que têm ocorrido no País, que deixam as pessoas num estado completamente depauperados, na desgraça total, perdendo todos seus haveres, faz todo sentido que possamos reflectir sobre um fundo, para

auxiliar as pessoas sinistradas, ou então podemos ter uma discussão sobre o seguro obrigatório, ou uma parte de seguro, para ajudar aquelas pessoas, porque...

Murmúrios.

Sei que há individualidades, há forças políticas que auxiliam essas pessoas, mas elas ficam num estado de completa desgraça. É preciso que institucionalmente tomássemos uma atitude para o combate aos incêndios de origem criminosa. Deveríamos encontrar um fundo para poder, pelo menos, aliviar o sofrimento dessas pessoas.

Há uma série de questões que foram levantadas aqui, à questão do Sr. Deputado Ayres Major, relativamente à questão de 3 de Fevereiro e o Memorial, que tinha sido erguido em Fernão Dias. Sr. Deputado, queria dizer-lhe que o «Porto de Águas Profundas» retomou a sua actividade com alguma acuidade.

Temos que agir de acordo com os dois interesses, o desenvolvimento económico do País, e tudo que esta em volta dele e preservar a memória das pessoas que pereceram durante a luta pela nossa emancipação política e pela nossa Liberdade. Como fazer? Não creio que estejamos em condições de erguer o Memorial no mesmo sítio, mais, é uma questão judiciosa, teremos que ver exactamente como fazer para preservar a memória das pessoas que deram a sua vida pela nossa libertação.

O Sr. Presidente: — Espero que a síntese feita pelo Sr. Primeiro-Ministro possa encontrar da parte dos Srs. Deputados um grande acolhimento, tendo em conta que, como dizia, o Orçamento tem que ser preciso. Na base desta síntese, ou, neste eventual consenso, devemos continuar a trabalhar, sendo que, como diz o Regimento, a 2ª comissão terá a responsabilidade, num prazo máximo de três dias, fazer a elaboração final do nosso diploma.

Daí faríamos um recurso ao Governo, particularmente na divisão responsável pelo Orçamento, que tem estado a trabalhar conjuntamente com a comissão, desde o inicio, e se for este o consenso continuaremos. Quero apenas anunciar aos Srs. Deputados que temos ainda 24 inscritos, e vamos continuar como havíamos acordado. Se houver necessidade adoptaremos novos tempos e redistribuiremos, vamos ouvir o tempo que ainda nos resta, Sra. Deputada.

Murmúrios.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Governo tem ainda 1 minutos e 34 segundo, o ADI tem 37 minutos e 7 segundos, o MLSTP/PSD tem 17 minutos e 4 segundos, o PCD tem 4 minutos e 33 segundos, o MDFM/PL já não dispõe do tempo. Portanto, vamos continuar. O Sr. Secretário da Mesa, quem é o próximo orador?

Murmúrios.

Espero que os Srs. Deputados tragam novas questões ou pedidos de esclarecimentos, relativamente aos esclarecimentos feitos pelo Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho Domingos.

O Sr. Martinho Domingos (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Ministros e Sras. Ministras, boa tarde.

Em primeiro lugar, gostaria de pedir explicações ao Governo sobre algumas rubricas. No Orçamento de 2013 estava a «construção de muros de contenção do Hospital Central» no valor de «3500 milhões de dobras», e para este ano esta inscrito «11 278 milhões de dobras», gostaria que me explicasse sobre esta situação.

Temos um estudo para arruamento de «Campo de Milho», no Orçamento de 2013, era 150 milhões de dobras, para este ano está 3500 milhões. Gostaria de obter uma explicação do Governo, porque não sei se é a continuação do mesmo.

Relativamente ao GIME urbano, este organismo tem feito um trabalho excelente na manutenção da estrada, vejo no Orçamento 4000 milhões de dobras. Gostaria de saber se este valor é suficiente para abranger ao nível nacional? A rubrica 4817 diz reabilitação da estrada de Diogo Simão, Gleba e Capela, gostaria de obter uma explicação do Governo. Quanto à essa questão, queria informar ao Governo que, quando se fala de reabilitação quer dizer que a estrada já existe. Apenas essa estrada existe da estrada número 3 ao Rio Lima, esqueceram-se de uma localidade, que é Gleba, embora tenham conhecimento. Gostaria de sugerir ao Governo que, do Rio Lima a Capela fosse mesmo construção, se iniciasse primeiramente a estrada de Capela ao Rio Lima e reabilitasse a estrada de Diogo Simão, porque ela já existe.

A localidade de Gleba, certamente, reclama a estrada, porque, quando houver chuva a mesma fica intransitável, essa povoação reclama constantemente. Não sei com que base apresentam esses valores, não sei

se fizeram um trabalho prévio no terreno para tentar saber na realidade, quais são as condições, ou o que é prioritário. Recordo que no XIV Governo, a população de Gleba reclamou e o Primeiro-Ministro de então, Dr. Patrice Trovoada, foi ao terreno, tomou contacto com a realidade e prometeu que iria fazer. Igualmente, a estrada de Ubua-Flor a Ubua-Budo, o Dr. Patrice Trovoada foi ao terreno, garantiu e fez, infelizmente o seu governo não teve continuação e não conseguiu fazer as obras. Gostaria sinceramente que este Governo tomasse em consideração esta questão.

A minha preocupação prende-se com algumas rubricas que vinham no OGE de 2013 e que este ano não vem. Não sei por que essas obras não foram realizadas e tiraram automaticamente essas rubricas no OGE para 2014. Em 2013, não sei se apenas apareceu porque herdaram o Orçamento que era do anterior governo, que constava estas rubricas, porque agora não consta. Refiro-me à Estrada Nacional n.º 3 (EN3), Vanguarda a Fugi-Fala, que constava no anterior orçamento e neste não consta.

Há uma população que reclama constantemente a energia. É a população de Cassuma. No Orçamento de 2013 constava, mas neste não consta, gostaria que o Governo falasse desta situação.

Há muitas outras questões, que teremos que ver, em relação à estrada. As obras estão em curso, EN3, de Água Crioula a Batepá, que às vezes começam, param e recomeçam. Gostaria que o Governo tentasse arranjar uma maneira para acelerar essa questão, ou seja, pudesse mesmo dizer a data em que essas obras irão terminar. Porquê? Porque muitos taxistas reclamam constantemente os seus carros, que partem as peças e eles não conseguem suportar.

Falando dessa questão de taxistas, foi dito aqui que suspenderam a discussão do Orçamento, na generalidade, para contemplar o apoio aos taxistas, passo a ler: «aquisição de viaturas para renovação do parque automóvel dos táxis», «aquisição de viaturas para transportes públicos e colectivos» e não só. Gostaria que o Governo me dissesse em que parte do Orçamento consta isto porque foi uma das razões por que suspendemos o debate, para inclui-los no Orçamento. Como não vem muito bem explícito no Orçamento, gostaria que o Governo explicasse essa situação. É tudo e fico por aí.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio Martins para uma intervenção.

O Sr. Aurélio Martins (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, caras e caros Deputados: Gostaria de desejar a todos um bom ano e que este 2014 seja melhor que 2013 e congratular-me também com as palavras do Sr. Deputado Rafael Branco, felicitando a coragem do Grupo Parlamentar do ADI, na pessoa do Sr. Deputado Levy Nazaré, como Secretário-geral do maior partido da oposição, que deseja que este ano seja de um clima de maior consenso nos nossos debates.

Grande parte das questões que queria abordar já foi aqui aflorada pelo Chefe do Executivo, pelo que congratulo-me com Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, pelo facto de fazer uma abordagem e demonstrar que está preocupado com a classe empresarial nacional, reconhecendo que, de facto, essa classe merece alguns incentivos e não só. Também reconhece que os juros que se praticam no mercado cambial do nosso país prejudicam, de certa forma, os empresários nacionais.

Vi também inscrito, na rubrica 5359, «projecto de apoio a pequenos negócios», em 4929 «projecto de apoio a microcrédito juvenil» e também o «projecto de apoio ao empreendedorismo, mas creio que deve haver uma articulação entre todos eles, sobretudo numa perspectiva em que se advinha do porto de águas profundas e do aparecimento do petróleo nas nossas águas. Sugiro que pensássemos na criação de um instituto de desenvolvimento de investimento, que se encarregaria de proceder à articulação desses pequenos projectos e encontrar respostas para as questões como: a política de promoção e atracção de investimentos e no quadro daquilo que reconheceu das falências das Pequenas e Médias Empresas (PME).

Aproveito esta oportunidade para juntar a minha palavra a dos que se referiram à notícia da CNN, referente a São Tomé e Príncipe, como referência do turismo ao nível mundial. Se fosse possível inscrever nas rubricas de requalificação das nossas praias, porque não vi inscrito nesta rubrica, principalmente a praia Emilia, a praia de S. João e a praia de S. Pedro, a dragagem de areia, porque se nota que está a desaparecer areia nestas praias. Sendo um país de turismo, há desportos que se podem praticar nas nossas praias e essa prática poder ser feita para atrair o turismo e dar uma outra visão. É a porta de entrada da nossa capital e seria bom que tentasse articular alguma verba para dar esse tratamento.

Gostaria de pedir ao Sr. Ministro, se fosse possível, na zona do hospital que fosse feito um trabalho de contenção da ravina naquela zona, que se pudesse estender um pouco mais esse trabalho na zona da Passadeira porque há um tubo que transporta resíduos do hospital para a praia e o tubo já existe há muitos anos, está a criar uma degradação total e tem estado a ser incômodo para a população daquela zona. Já têm sido muitas as pessoas a reclamarem. A estrada que liga à Passadeira, há lá pessoas e temos diplomatas que vivem nos arredores. É um troço muito curto que se podia dar também tratamento.

No quadro desse tratamento que se pode dar a outros troços, gostaria que pudesse ver, Sr. Ministro, a questão da zona de Café-Café em S. João da Vargem. É um projecto já antigo e também é um troço muito curto. É tudo quando tenho a dizer.

Mais uma vez muito obrigado aos nossos irmãos do ADI. Espero que possam votar a favor deste Orçamento, porque estão a contribuir para o mesmo.

Risos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Santiago para uma intervenção.

O Sr. Álvaro Santiago (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Tendo em conta que é a primeira vez este ano que tomo a palavra nesta augusta Assembleia, gostaria também de juntar a minha voz e desejar a todos bom ano 2014 e que seja de facto melhor que o ano 2013.

Gostaria de dar a minha contribuição na discussão deste Orçamento, mas antes queria fazer duas observações. Gostaria de me dirigir primeiramente ao meu colega do Banco Central, a quem tenho muito respeito.

Vozes do MLSTP/PSD: — Colega não, Sr. Ministro das Finanças!

O Sr. Álvaro Santiago (ADI): — Ao Sr. Ministro das Finanças, Dr. Hélio Almeida, desculpem.

Murmúrios gerais.

Portanto, queria dizer ao Sr. Ministro das Finanças que, quando fez a sua intervenção, fiquei de facto com a impressão de que estamos num país em que tudo está muito bem, em que as condições básicas de vida da nossa população estão resolvidas, em que...

Protestos do MSLTP/PSD e do PCD.

Deixem-me falar meus senhores! É que o Dr. Hélio apresentou-nos alguns indicadores económicos que não têm absolutamente nada a ver com o bolso da nossa população, minha gente!

Aplausos do ADI.

Se sairmos daqui para a rua e perguntarmos as nossas *paliês*, os pescadores, os privados, os funcionários públicos se de facto eles sentiram a baixa da inflação nos seus bolsos, eles vão dizer que não, meus senhores! É isso que temos que ver, esta realidade nua e crua, quando discutimos o OGE porque isso joga com a vida de cada um dos cidadãos, minha gente! Temos que ter cuidado porque podemos falar aquilo que quisermos dos números, os economistas sabem disso, podem manipulá-los e dizerem aquilo que quiserem. Temos que ver a realidade! A realidade não é nada disto! Os são-tomenses estão cada vez mais pobres! Isto é para o meu amigo e Ministro das Finanças.

Uma observação para o Sr. Ministro Osvaldo Abreu, o Ministro que nos traz muita força e, como disse aqui, muita energia. Até podemos dizer o Ministro da energia...

Risos do ADI.

Sr. Ministro, gostei muito da sua explanação, gostei e fiquei a pensar que estou num paraíso, no que se refere a questão da energia. Mas, Sr. Ministro, o senhor nos estava a dizer a verdade mesmo?

Vozes do MLSTP/PSD: — Oh!

Risos do ADI.

O Sr. Álvaro Santiago (ADI): — Quando vemos a EMAE, que o senhor hoje homenageou aqui como um sector da economia rentável, quando todos sabemos que a EMAE é um sector que não é viável, mas afinal estamos a dizer o quê as pessoas? Temos que ser realistas! Sabemos qual é a dívida que a EMAE tem com a ENCO. Vamos aqui dizer que o sector da EMAE está resolvido, porque levamos a iluminação pública às populações, não é isto que queremos, minha gente!

Murmúrios gerais.

Queremos muito mais do que isto, queremos de facto uma energia segura, uma energia que contribua de facto para o desenvolvimento deste país. Sabemos que em muitos desses lugares que levaram a energia, se as pessoas tiverem um congelador em casa quase que não arranca. Portanto, o problema não está resolvido! Temos que continuar a trabalhar no problema da energia. Sabemos que é um sector chave para o desenvolvimento de qualquer economia, não sejamos tão optimistas.

Aliás, o próprio Governo está em contradição, quando os diversos Ministros fazem as suas intervenções. O Primeiro-Ministro dramatiza a situação «não há dinheiro, não há dinheiro, não há dinheiro», o Ministro do Plano e Finanças mostra-nos bons indicadores «está tudo bem», o Ministro da energia «está tudo muito bem». Afinal, em quem acreditar de facto? Isto de facto é um problema sério!

Portanto, são essas as duas observações que gostaria de fazer.

Vou entrar no OGE. Tendo em conta que o Sr. Ministro Osvaldo Abreu disse-nos que há muitos projectos e vão ser realizados muitos troços de estrada, quando sabemos que é estimativa, que é um financiamento que nem está garantido, isso só justifica o nível propagandístico deste Orçamento. Estamos com muito dinheiro, mas finalmente talvez não vão realizar nada, sobretudo, quando sabemos que esse Governo só tem seis meses de vida. É extremamente difícil podermos realizar essa lista de projectos que temos aqui. Daí que junto a minha a voz aos que disseram que temos de facto que hierarquizar as prioridades – depois virei falar disto.

Gostaria de dizer ao Sr. Ministro Osvaldo Abreu, no quadro dos troços de estrada que vai realizar ainda este ano, como diz, por favor, não esqueçam da estrada de Bugué que liga a S. Pojata, essa estrada vem até o Sr. Paquete...

Murmúrios gerais.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Não há dinheiro, Sr. Deputado!

O Sr. **Álvaro Santiago** (ADI): — Não, ele disse que há dinheiro e lhe estou a fazer lembrar isto, se há dinheiro vamos fazê-lo.

Não esquecer da estrada de S. Nguembu, é uma população com muita dificuldade e nesses anos todos quase que não fizemos absolutamente nada. Não têm água, energia, não têm nada, vamos tentar fazer alguma coisa!

Murmúrios gerais.

Falando do turismo, aí na estrada de S. Nguembu há lá uma discoteca em que muita gente vai...

Risos gerais.

... e quem sabe, no quadro do turismo, com a actividade nocturna, essa estrada pode ser reabilitada e muitas pessoas poderão aproveitar.

Ainda no quadro daquilo que muitas pessoas falaram, vou juntar a minha voz porque se trata de uma oportunidade que nós, os são-tomenses, devemos agarrar, que é a questão do turismo.

Não é pela primeira vez que se fala do turismo em São Tomé, todos sabemos que enquanto ilha temos uma vocação potencial para o desenvolvimento do turismo, todos os governos falaram disso, mas hoje a questão coloca-se porque foi veiculada por uma televisão de um dos maiores países do mundo.

Daí que peço ao Sr. Presidente da Assembleia para sermos precisos, muitas propostas foram aqui feitas, o Governo deve refazer o seu Orçamento e canalizar as verbas para o sector do turismo, que sempre foi um parente pobre, venha a merecer algum respeito dos são-tomenses.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos para uma intervenção.

Murmúrios.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, meus senhores, não vou falar o que querem, mas o que quero. Muito bom dia!

Risos gerais.

Ou melhor, já é boa tarde.

Venho cá porque um membro do Grupo Parlamentar, refiro-me ao do MLSTP/PSD, falou da aplicação das verbas e me preocupa também essa questão. Na rubrica 3883 «reabilitação das infra-estruturas escolares», tenho dúvidas se essa verba vai contemplar a escola de Micoló. Há outras também que fico em dúvida se irão contemplar o posto de Micoló.

Outra rubrica 3548 «estudo e execução do projecto de reabilitação da rede de baixa tensão», um bom projecto, mas também fico em dúvida se contemplará ou não Ilhéu, que está a menos de dois quilómetros de Santo Amaro e a energia é fraca e não satisfaz.

Há projectos da construção de estrada de Conde a Micoló e do Ilhéu a Desejada, mas espero que uma atenção seja dada a estrada do cemitério de Santo Amaro, talvez seja é um convite para as pessoas não morrerem em Santo Amaro, mas espero que seja dada essa atenção.

O Governo tem as suas opções e nem sempre aquilo que queremos como solução, o Governo pode resolver um assunto e não aquilo que está a nossa frente.

A questão do turismo é outra preocupação. Falou-se aqui muita coisa também na aplicação da verba. Neste Orçamento temos a rubrica 1066, «festival Gravana»; rubrica 2030, «preservação e valorização da cultura nacional»; rubrica 4903, «Dia da Juventude Africana», também preocupa-me a aplicação dessa verba. Espero que elas não sejam para promover a demonstração de corpos.

Murmúrios gerais.

Sim, sim! Hoje está na moda desfiles, apesar de o nosso país ser quase 100% religioso e de diversas confissões religiosas, espero que essas verbas não venham a promover, portanto, essa demonstração de senhoras e meninas nuas, espero que isso não venha a acontecer!

Risos gerais.

Temos que canalizar esse dinheiro directamente para actividades culturais para promover o turismo e, como sempre digo, deixo um remate: tenho feito o meu papel, tenho ajudado os grupos culturais directamente, para além de ter um grupo cultural. Já propus que pusessem os grupos culturais nos fins-de-semana na nossa cidade capital, mas não sei o que se está a passar. Falar de turismo sem a promoção dos grupos culturais, tenho dúvidas!

Falo enquanto Deputado da nação.

Murmúrios.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cipriano Riqueza para uma intervenção.

O Sr. Cipriano Riqueza (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Ouvimos atentamente a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, onde apresentou algumas propostas de acordo com o programa financeiro do Estado, mas somos Deputados da nação, temos responsabilidades com o povo e eis a razão por que venho aqui também dar o meu contributo.

Antes disso, queria agradecer imensamente a intervenção do Sr. Deputado Arlindo Barbosa e venho também para reforçar na área industrial. Na qualidade de Deputado do Distrito de Lembá, venho apelar ao Governo no sentido de dar uma especial atenção a ser dada naquele distrito, no que concerne a obras de reabilitação de estradas e arruamentos. Falo concretamente da estrada do bairro Água Tomá e da rua Mãe Clara, onde já foi orçamentado em 2013, mas não vejo no actual Orçamento. Por isso, proponho isso ao Governo.

Aproveito também a oportunidade para pedir ao Governo alguma rigorosidade na fiscalização das obras de construção de passeios do Bairro Bengá, uma obra que já teve o seu início, mas também não foi concluída.

Ao mesmo tempo, agradeço imensamente ao Governo por ter inscrito no Orçamento a obra de gestão integrada dos recursos hídricos no Distrito de Lembá.

Eram essas as minhas questões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos para uma intervenção.

A Sra. Isabel Domingos (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados boa tarde: No Ministério das Obras Públicas, na rubrica 5347, temos o «projecto de abastecimento da água de Óbô Lóngô», esse projecto beneficia várias comunidades, como: Cangá, Cruzeiro, Óbô Lóngô, arredores da Trindade, Caixão-Grande, etc. Numa fase inicial esse projecto tinha financiamento da China-Taiwan, mas, sem qualquer pretensão de colocar as fontes de financiamento em causa, o Governo entendeu alterar. O facto é que já esteve inscrito no orçamento de 2013, com a mesma fonte de financiamento e continua neste Orçamento para 2014, e não conheceu a sua conclusão.

Logo, a apreensão das populações dessas localidades é muito grande, porque a escassez de água que se vive hoje em dia no Distrito de Mé-Zóchi, mais concretamente na Trindade e arredores. A água tem mais ou menos uma duração de uma hora e meia e nem sequer faz mais sentido aquela música, que diz: *piá meme tindagi non ku aua ca colé plamá, magi ante tagi na bilá sen fá*. Agora só corre mesmo das seis às sete horas, a partir das oito horas e 30 minutos já não há mais nada de água. A população tem os rios, mas tem que se deslocar com os bidões e vasilhas nas motos-carinhas para ver se elas conseguem um pouco de água.

Uma segunda questão, Sr. Ministro, ontem quis intervir, mas preferi deixar para hoje, tendo em conta à relação que a minha intervenção tinha com o Ministério das Obras Públicas. Tem a ver com a construção do Centro de Saúde de Mé-Zóchi. Esteve inscrito no orçamento de 2013 com uma verba de Dbs. 3 500.000.000,00, manteve-se a inscrição neste Orçamento com a mesma verba, o porquê da não realização, não sei se é falta de fonte de financiamento, mas há um problema que o delegado de saúde levantou que é a problemática de se encontrar um espaço para construir o referido centro de saúde. Há-de compreender que o Distrito de Mé-Zóchi é grande e há toda uma necessidade para se conseguir um espaço para se construir esse centro de saúde, para dar resposta às necessidades sanitárias que o próprio distrito tem. Se é um problema de financiamento ou se é um problema de espaço, é necessário esclarecer a população porque sem postos sanitários e comunitários é muito difícil dar respostas às necessidades da população.

Outra preocupação tem a ver com o hospital de Monte Café. Está inoperante e fechado, muita gente já usou aquele hospital e ninguém sabe porquê que está fechado. A população de Monte Café reclama e não conseguem entender como têm uma infra-estrutura daquele tamanho na sua comunidade, mas que está ali inutilmente. É um monstro, mas sem nenhum tipo de utilidade para a população do distrito.

Como última intervenção, Sr. Presidente, uma das razões da suspensão dos nossos trabalhos, aquando do início da discussão do Orçamento, na generalidade, foi a inclusão de alguns projectos para a melhoria da condição de vida

da população. Um grupo alvo dessa população, que devia ver a sua vida melhorada, são as palaiês. Pouco ou muito, das variadas intervenções que se vai vendo aqui, reclama-se a vida das palaiês, são mães e pais muitas vezes e sacrificam para poder sustentar os filhos e, obviamente, elas ouvindo aqui que os Parlamentares estão a introduzir microcréditos para elas terem algum rendimento, *mem gelo*, para o negócio render um bocadinho. Na verdade, olhei para o Orçamento que nos mostraram e não vi nenhuma verba de crédito para as palaiês. Quantas palaiês o Governo de facto quer apoiar? Quanto é que vai dar, para de facto no fim do projecto possamos saber que x pessoas beneficiaram, x famílias aumentaram o seu rendimento e não estarmos numa propaganda ludibriando, o termo é mesmo esse, a população de que a sua vida vai ficar melhor.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto para uma intervenção.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presente, Sr. Primeiro-Ministro, distintos membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: O debate já vai longo e a hora já vai avançada, mas antes de entrar no âmago das questões que me trazem, queria manifestar uma preocupação.

Fico surpresa com as declarações ou parte delas proferidas pelo meu colega do Banco Central, no que tange à questão dos indicadores macroeconómicos. O Sr. Ministro das Finanças fez uso, nas suas alegações, na sua explanação de indicadores, indicadores esses que são trabalhados, quer com o Ministério das Finanças e os sectores afins e o Banco Central, sancionado pelas instituições de *Bretton Woods* e acho que não é abonatório, nem sequer para o nosso Estado, poder pôr em causa indicadores macroeconómicos. Podemos vender a nossa mercadoria de outra forma, mas não convém, sobretudo vindo de quem vem, se fosse uma outra pessoa era capaz de deixar passar, mas vindo de uma alta autoridade do Banco Central, acho que não deveria ter essa atitude!

Applausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Álvaro Santiago** (ADI): — Sr. Presidente, direito de resposta.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — O senhor terá o seu direito de resposta Sr. Deputado, não se preocupe!

Gostaria de me regozijar com o elevado nível dos subsídios para o enriquecimento desses dois instrumentos, mas fica patente, depois de tão longo debate, a questão da priorização. Num país em que há tudo ou quase tudo por fazer, em que temos efectivamente um *shopping liste* de projectos e quando aqui, neste momento, pedimos ao Governo para fazer um exercício com a 2.ª Comissão para o reenquadramento das propostas e dos subsídios. Gostaria de propor ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Ministros, entre si, que começasse a trabalhar numa articulação entre as rubricas, para efectivamente estabelecer projectos por graduação e por prioridade, tendo em conta até que o Orçamento é anual e temos que ter em conta que o horizonte temporal é limitado para tão vastas realizações. Penso que devíamos começar já a fazer este exercício de graduação dos projectos e das prioridades, das prioridades. Temos que ir elencá-las, porque o tempo urge.

Gostaria de saudar a questão que vem espelhada na rubrica 4961, relativamente às casas sociais, Srs. Primeiro-Ministro e Ministro das Obras Públicas, na medida em que é uma questão que fez parte de várias panóplias, de vários governos e espero efectivamente que possamos este ano, pelo menos, iniciar a construção de casas sociais e elas possam cumprir o objectivo para as quais vão ser construídas. Que atenda efectiva os jovens que estão a construir família e pessoas que estão em situação muito difícil de albergue.

Gostaria de entrar num dos sectores primários que é a agricultura. São Tomé e Príncipe, enquanto Estado membro da CPLP, sabemos que neste biénio 2012-2014 foi consagrada também a segurança alimentar e nutricional. Vejo aqui efectivamente no orçamento do Ministério da Agricultura três rubricas que tangem à essa questão: 5366 e duas vezes 3718 e duas delas com uma verba razoável. Ora, quando analiso o orçamento da agricultura e vejo toda a preocupação que existe em matéria de desenvolvimento, produção e diversificação agrícola, fico preocupada por não ver nada relacionado com o condicionamento, a conservação e a transformação dos produtos e estamos a incentivar as pequenas empresas a produzirem e a transformarem os produtos locais.

Acho que o Sr. Ministro deveria talvez fazer um reequacionamento, tendo em conta que nesta rubrica 3718 se possa abrir uma pequena janela para a questão da conservação e transformação dos produtos nacionais, sobretudo atender aquelas pequenas e médias empresas, ou ONG's que estão viradas para a questão da transformação dos produtos, que no fundo é um ciclo que tem a ver também com o turismo, com a venda do nosso produto local, etc.

Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro das Finanças, falou-se aqui muito claramente da questão da política fiscal do Estado, que é uma questão que foi discutida na generalidade e agora também. Penso que São Tomé e Príncipe, apesar de ter dado passos significativos sobre a questão de atracção de investimento privado, devia ser um pouco mais arrojado. É verdade que hoje há uma certa facilidade na criação de empresas através do guiché único, mas depois essa facilidade se esbarra com muitos constrangimentos de outros sectores. A questão dos alvarás e das licenças que dificulta bastante o processo. Essa questão por um lado.

Por outro lado, são os incentivos fiscais às empresas nacionais. Temos um tecido empresarial bastante incipiente, é verdade que o Estado precisa de ir buscar receitas, mas o Estado tem que também criar condições para o crescimento dessas empresas. Falo sobre o olhar do Sr. Ministro das Finanças, os 16% que é hoje cobrado as empresas começam a pesar bastante, sobretudo pelo volume de negócios dessas empresas coartará o crescimento.

Talvez possamos estabelecer uma perspectiva de um alargamento da base tributável por um momento e depois restringir quando tivermos um tecido empresarial um pouco mais consolidado.

Também sobre esta matéria, gostaria de falar um pouco do papel regulador do Estado. Estamos a falar de um Estado que muitas vezes taxa quem tem iniciativa e está legalizado e esquece o sector informal. Penso que deveríamos começar a ter um papel pedagógico e orientador, mas é preciso que pouco a pouco regularizemos aquilo que não está regularizado no mercado informal. Todos os operadores económicos estão à margem desse processo de imposição porque o Estado perde muito dinheiro com a privatização do domínio público, etc. Acho que, alargando a base tributável, podemos ter uma forma de poder também fazer crescer o tecido empresarial.

Vou agora tocar na questão do turismo. Estamos todos muito satisfeitos com a notícia do CNN, também estou satisfeita, mas sou um bocado mais crítica. Penso que o País tem que se preparar para receber o turismo, preparar-se mesmo e definir a natureza, o tipo de turismo. Tailândia tem um tipo de turismo. Sabemos que turismo! Temos que, rapidamente, saber que tipo, que natureza de turismo São Tomé e Príncipe vai ter que desenvolver: turismo de casas, turismo de hotéis, turismo de alta renda ou baixa renda, o ecoturismo, porque depois começaremos a ter os problemas que alguns países tiveram, os efeitos nefastos do turismo, quando não sabemos lidar com as questões do turismo. Se há aqui um pacote no Orçamento, Sr. Ministro de Comércio, Indústria e Turismo sobre as questões promocionais, uma delas seria trabalhar pacotes para preparar a população para o turismo.

Um país como nosso a população tem que vender também o que é de bom, quer a população, quer o poder local. Vi o orçamento das Câmaras Distritais e da Região Autónoma, importa que vendam o que há de melhor. Antes de ter tudo, saber qual é o melhor prato que se come no Príncipe? Qual é a cachupa de Água-Grande ou pão de Água-Grande? O vinho da palma de Cantagalo?

É isso que os turistas querem.

Uma Voz: — Mé-Zóchi só ku tê?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Cantagalo também tem!

Risos e aplausos.

É esta questão que gostaria que o Sr. Ministro do Turismo visse, tendo em conta a questão proporcional e mudança de atitude da população para receber o turismo. Já sabemos que estamos a trabalhar no guião turístico, mas precisamos trabalhar um pouquinho mais veloz.

O Sr. **Álvaro Santiago** (ADI): — Sr. Presidente, direito de resposta.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, tenho estado a facilitar, qual é o artigo?

O Sr. **Álvaro Santiago** (ADI): — O artigo 94.º, alínea f.

O Sr. **Presidente**: — O artigo 94.º alínea f, diz o seguinte: «Reagir contra ofensas à honra ou consideração ou dar explicações». O Sr. Deputado quer dar explicações?

Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Santiago.

O Sr. **Álvaro Santiago** (ADI). — Agradeço a Sra. Deputada Elsa Pinto, que por sinal é a minha madrinha.

Risos gerais.

Gostaria de dizer que não retiro uma palavra daquilo que disse aqui. Nunca pus em causa os indicadores do Sr. Ministro das Finanças. Somente disse que esses indicadores que foram expostos aqui não reflectem nos bolsos dos nossos cidadãos. É só isso que disse.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vou aproveitar a ocasião para ler o artigo porque estou a facilitar e os Srs. Deputados estão a exagerar. O quê que diz o n.º 1 do artigo 103.º? Diz o seguinte: «Sempre que um Deputado ou membro do Governo considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a três minutos».

Não foram proferidas palavras ofensivas. Daí que o Presidente doravante dará palavra relativamente a pedido de esclarecimento, quando julgar que se encaixa no Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnaldo de Oliveira.

O Sr. **Abnaldo de Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, a minha intervenção tem a ver com o sector de habitação. Sr. Ministro das Obras Públicas, vejo aqui no Orçamento uma verba para a construção de casas

sociais, tendo em conta o montante inscrito e o programa que o Governo anunciou de 400 casas, digo isto porque quando um membro do Governo anuncia um programa pressupõe-se que esse programa terá sido discutido em sede do Conselho de Ministros. Sr. Ministro das Obras Públicas, gostaria de saber com este montante quantas casas sociais vão ser construídas em 2014? Onde é que serão construídas?

No que se refere ao sector de Infra-estruturas, gostaria de referir à estrada que liga Cruzeiro a Bombaim. Essa estrada faz comunicação com várias comunidades de Plateau, Abade, Java, Santa Adelaide e também Milagrosa. É uma infra-estrutura que pode ajudar-nos em termos económicos. Temos muitos pequenos agricultores nesta zona, uma parte de matabala e banana vêm desta zona.

Há uma infra-estrutura, embora privada, na zona de Bombaim. Hoje estamos a falar de turismo, Sr. Ministro das Obras Públicas, gostaria que em 2014 essa estrada pudesse ter uma atenção especial.

Uma voz: — Não há verba!

O Sr. **Abnaldo de Oliveira** (ADI): — Há verbal! O Sr. Ministro disse que há verba. A rubrica 5264 «requalificação de troços de estradas» no montante de 15.797 000 milhões, partindo desta verba faço a minha proposta para podermos requalificar essa estrada que tem um valor económico para as populações dessas zonas e não só.

O Sr. **Presidente**: — Não resisto a tentação de alertar os Srs. Deputados que, regra geral, as obras, os projectos, quando são inscritos têm pelo menos estudos indicativos e as propostas de alteração, subtracção pode induzir-nos numa falsa ideia de que vamos resolver muitas das preocupações que temos e legítimas, mas ao mesmo tempo estamos a inviabilizar algumas, cujos estudos eventualmente estejam feitos para permitir que elas sejam realizadas. Apenas essa observação para orientar as vossas intervenções.

Recordo ao Sr. Deputado que o seu Grupo Parlamentar tem dois minutos e 82 segundos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ambrósio Gil.

O Sr. **Ambrósio Gil** (PCD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde!

Primeiramente, quero felicitar o Governo pelas muitas obras importantes que estão sendo feitas ao nacional.

Ontem não quis intervir porque entendi que o orçamento do Ministério da Juventude e Desporto é muito exíguo, daí que haja necessidade de o Governo analisar o orçamento atribuído ao Ministério das Obras Públicas, no sentido de construir um pólo desportivo na cidade de S. António do Príncipe, visto que os jovens necessitam de outro espaço para a prática de outras modalidades desportivas.

Por um lado, vi no Orçamento que em alguns distritos o Governo atribuiu algumas verbas para essas obras, mas não pode esquecer da outra parte do Território Nacional que é a Região Autónoma do Príncipe.

Por outro lado, gostaria de fazer menção a proposta feita pelo meu colega Deputado do Grupo Parlamentar do ADI, Carlos Correia, no sentido de se cortar a verba afecta ao Governo Regional para aquisição de meios rolantes e reafectá-las a verba destinada à reabilitação de edifícios referenciados na Região Autónoma do Príncipe.

Na minha opinião, entendo que não justifica porque o próprio Governo Regional já contempla no seu Orçamento uma verba de 1 000 milhões de dobras para reabilitação dos mesmos edifícios. Queria dizer que as verbas afectas aos meios rolantes previsto no Orçamento para a Região, segundo o feedback que tenho com o Governo Regional, a aquisição dessas viaturas são de extrema importância porque serão afectas a delegação das Florestas e do Parque Óbô na Região do Príncipe e não só, tendo em conta que o Príncipe está inserido na Reserva da Biosfera da UNESCO.

O Sr. **Presidente**: — Os Grupos parlamentares do MLSTP/PSD e do PCD já não dispõem de tempo, o Governo tem um minuto e 34 segundos e o Grupo Parlamentar do ADI tem 13 minutos e cinco segundos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI). — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boatarde!

Tenho três preocupações, sempre para o Ministério das Obras Públicas em que alerto o seguinte: Sr. Primeiro-Ministro, corremos o risco de termos um problema sério em São Tomé e Príncipe ao nível das telecomunicações. Como sabem, com a venda da capacidade da fibra óptica um dos assuntos que se deveria resolver é a compra de equipamentos para a monitorização de frequências.

Não sei se no Orçamento de 2013 esteve inscrito, mas pelo menos é um assunto que se falou bastante ao longo de 2013 com o Governo e até então nada. Com a entrada da UNITEL em Abril ou Maio deste ano, se não me enganar, teremos muitos problemas das frequências harmónicas no espaço, o que requer realmente uma monitorização nesse sentido e a AGER não tem equipamentos para fazer essa monitorização.

É preciso ter esses equipamentos para monitorização. O montante total para aquisição dos referidos equipamentos é cerca de 1 milhão de euros, mas se conseguirmos 100 000 ou 200 000 euros já podemos dar uma volta a esses assuntos.

O código 5141, «Instalação da rede de abastecimento de água para S. Gabriel e Bairro Verde». Quero alertar o Sr. Ministro das Obras Públicas, se for necessários, que temos um problema sério em relação ao abastecimento de água para Vila Maria. Não sei se os Srs. Deputados constataram, a casa de banho da Assembleia não tem água e esse problema afecta todo o Bairro da Vila Maria. Daí, gostaria que essa rede de instalação que vai para S. Gabriel e Bairro Verde poderia também ver o problema de Vila Maria, seria bastante importante.

Queria levantar um problema, trata-se da rede de água que foi feita pelo XIV Governo na zona de Riba Mato. Essa instalação está feita, mas só falta a ligação eléctrica para alimentar o gerador para bombear água para os tanques, há uma distância de 30 metros.

Murmúrios.

Há necessidade de criar essa infra-estrutura para poder levar a água as torneiras. Tendo em conta isso a população de Riba Mato, S. Fenícia e arredores estão vivendo da água do Rio Manuel Jorge. Gostaria que realmente se desse uma atenção a isso.

Fala-se do problema de elaboração do Plano Nacional de Ordenamento do Território. Gostaria de alertar para um aspecto. Seria importante que esse ordenamento fosse feito porque há um grupo de jovens na zona de Almeirim e há anos que falam desse caso, recorrendo ao Ministério da Agricultura e ao Ministério das Obras Públicas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, tenho umas questões relacionadas com o Ministério da Agricultura e o Ministério das Obras Públicas.

Não vou aqui fazer propostas porque não estamos a ser realistas no trabalho que estamos a fazer. O número de propostas que estamos a fazer e por aquilo que o Governo já tem na sua proposta, não sei com que meio vai dar a resposta.

Portanto, não vale a pena passar falsa ideia à população de que estamos a tentar resolver o problema da população.

Temos alguns tanques de reserva de água para irrigação, gastou-se muito dinheiro nos outros governos, desde 2009. Falo concretamente do tanque que está entre Boa Entrada e Potó Zamblála, que constitui um tanque de reserva de água para irrigação para todo esse corredor, desde Boa Entrada até Água Casada. Aconselharia o Sr. Ministro da Agricultura a reaproveitar essa infra-estrutura para garantir a irrigação nessa área.

Gostaria também de dizer que sobre as casas das empresas agrícolas, Sr. Primeiro-Ministro, que se pudesse aconselhar aqueles que são proprietários dessas casas e muitos estão cá nesta sala, se não temos capacidade de reabilitar que devolvamos ao Estado para o fazer e dar outro destino.

Aplausos da ADI.

Sr. Ministro das Obras Públicas, agradeço muito a sua intervenção pela sua grande capacidade energética. Segundo o que disse o Sr. Ministro, aconselhava-o a comprar o disjuntor com uma capacidade de 600 W por causa dos circuitos que estão à volta do cabo que transporta a energia para si.

Na anterior proposta do Governo vinha algumas questões que acho muito importante para a extensão energética que aqui mencionou. Falo principalmente da rubrica 5335 que é a construção dos postos de transferência e requalificação da rede de baixa tensão, fase I e aqui fizemos várias propostas de energia para diversas localidades e essa rubrica foi pura e simplesmente eliminada para outras coisas.

Falo também dos sistemas de selectividade e protecção da rede, o Sr. Ministro falou de morcego, acho que isso tem a ver com esse problema, esta rubrica também foi eliminada para outra questão.

Falo do plano de cabotagem de São Tomé e Príncipe. O Sr. Primeiro-Ministro na entrega das casas em Queluz afirmou que vai construir um porto de cabotagem no Príncipe. Esse porto, segundo o Sr. Ministro das Obras Públicas, na sua intervenção hoje, disse que está dentro deste plano de cabotagem de São Tomé e Príncipe, se não entendi mal.

Por isso, gostaria que me explicasse como é que se elimina um item orçamental, proposto pelo Governo, de extrema importância, tanto para São Tomé como para o Príncipe para poder satisfazer outra questão. Por isso, volto a afirmar aqui a minha insatisfação da forma como temos procedido a este debate orçamental.

Acho que não estamos a ser realistas, estamos a fazer uma listagem de projecto e de coisas que sabemos que o Governo não é capaz de fazer. Sabemos, temos consciência disso e temos que ser

honestos. Não venhamos para aqui dizer aquilo que queremos que a população oíça, que estamos a resolver, que estamos a representar, que estamos a defender, mas tudo uma farsa!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI). — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Depois de terem enviado alguns sinais a Sua Excelência sobre a questão de conectividade da fibra óptica para o Príncipe e ter estudado o Orçamento e não ter visto nada em relação a isso, Sr. Primeiro-Ministro, hoje vamos nos confrontar. Hoje temos que decidir isso aqui, senão não sairemos daqui!

Risos.

Hoje é hoje. Sr. Primeiro-Ministro, depois da fibra óptica ter chegado a São Tomé, não a São Tomé e Príncipe, com o financiamento do Banco Mundial porque São Tomé não pagou...

Vozes: — Pagou, pagou!

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI). — Exigiram a queda do monopólio e com isso deu entrada outra empresa. Com a entrada de outra empresa e a compra de capacidades o dinheiro disponível serviria também para fazer a ligação com o Príncipe. Havia um montante destinado para isso e não se fez. Não se fez porque os estudos indicaram que, se calhar, não seria rentável. São estudos não vou contra, mas há outra indicação que se podia fazer por feixe artesiano com uma capacidade para poder permitir que a internet e a conectividade no Príncipe fosse com maior fluidez.

Até hoje nada está a ser feito. No Príncipe, segundo informações há uma capacidade de cerca de 34 Megas, isso não dá para nada Sr. Primeiro-Ministro, isso não chega. Está tudo congestionado no Príncipe, nós não podemos fazer investigações. Há estudantes, há escolas e a transmissão de dados é difícil no Príncipe, temos que vir para São Tomé para conseguir fazer qualquer coisa. No mundo de hoje em que a tecnologia está a avançar Príncipe não pode ficar para trás, temos que arranjar alguma solução!

Acho que se não tentarmos desenvolver o País de forma equilibrada haverá sempre um problema. Não vale a pena São Tomé estar a avançar e o Príncipe não. Há que resolver o problema, há vários constrangimentos em relação a internet. A própria CST tem dificuldade de distribuir, há pessoas que querem, mas não há como fazer.

Se o Estado não faz e as empresas fazem investimentos relacionados com isso é claro que a comunicação vai ficar mais cara e nós no Príncipe é que sofremos com isso. É necessário que o Sr. Primeiro-Ministro diga-nos o que vai fazer. A fibra óptica não chegou ao Príncipe, é uma realidade, o que vai acontecer?

Não está no Orçamento, quais as empresas que vão fazer investimento? O Governo é que vai custear? O quê que está em força? Mas diga-nos aqui, queremos saber!

Em relação ao porto do Príncipe, Sr. Ministro, já estava no Orçamento, o senhor retirou. Está nas GOP, não percebo porquê? O Governo Regional anunciou o lançamento de concurso para estas obras porque estava no Orçamento de 2014. Após a suspensão dos debates retiraram imediatamente o porto do Príncipe.

Tiraram do quadro dos investimentos, mas nas GOP ficou. Explica-nos porquê que retiraram no Orçamento. Queremos saber! Os grandes investimentos para o Príncipe sempre têm atropelos. Precisamos desse porto, um porto melhor para facilitar o comércio. Todos nós aqui sabemos, não vale a pena estar a perder tempo a explicar isso. Preciso de mais tempo, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Dou-lhe mais 30 segundos para terminar.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI). — Em relação ao Turismo queria fazer uma proposta concreta, mas já não tenho tempo. Há verbas destinadas a feiras internacionais e a feira de Taiwan. A Região Autónoma do Príncipe tem sido prejudicada neste aspecto. Nós somos postos de fora.

A minha proposta é que a verba destinada a feira de Taiwan que, porque Taiwan financia as suas feiras, as viagens, etc., se transferisse para a Região Autónoma do Príncipe, de forma que no Príncipe também se possa fazer e organizar alguma coisa para podermos divulgar a Região, tendo em conta que os últimos acontecimentos nos apontam que os americanos hão-de vir para São Tomé e Príncipe.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados deixem-me só fazer o ponto da situação. Neste momento, o Governo tem apenas um minuto e 34 segundos. Precisamos continuar a discussão, porque temos que encerrar hoje e temos que votar também as propostas de lei. Gostaria de pedir a colaboração dos Srs. Líderes Parlamentares para dotarmos mais algum tempo para permitir-nos concluir o trabalho. Há propostas, Srs. Líderes Parlamentares?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, pensamos que fomos bastante exaustivos neste debate e bastava que dássemos 15 minutos ao Governo para responder.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Viegas, se entendi bem, está a propor que apenas o Governo tenha tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, não vemos qualquer impedimento, apoiamos a proposta do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, como já tínhamos acertado que iríamos dar um tempo mais, tendo em conta que temos ainda pessoas inscritas, proponho equitativamente 10 minutos a cada Grupo Parlamentar e 15 minutos ao Governo, para finalizarmos o processo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, precisamos globalmente de tempo porque temos que votar as leis, se não houver tempo, não podemos votar as leis com o tempo do Governo.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, proponho 5 minutos para os Grupos Parlamentares e 15 para o Governo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, já que não há um consenso entre Vossas Excelências, submeto à questão ao voto, ou melhor, submeto uma proposta de síntese. Vamos dar a cada Grupo Parlamentar sete minutos e meio e o Governo 15 minutos, não sei se os Srs. Deputados têm propostas de alteração ou não?

Portanto, para não termos que refazer mais tempo, ficaríamos com sete minutos e meio para cada Grupo Parlamentar e o Governo com 15 minutos. Caso não seja necessário utilizar este tempo, dispensaríamos e concluiríamos o trabalho. Este tempo adicional está destinado, primeiro, ao Governo para dar os esclarecimentos necessários, para depois fazermos a votação das leis.

Não estamos a fazer tempo adicional para as inscrições de discussão do Orçamento. Já esgotámos o Orçamento, a não ser que os Srs. Deputados me convençam que há questões essenciais a serem colocadas.

Sr. Deputado fará o uso da palavra nos sete minutos e meio atribuídos a cada Grupo Parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (ADI): — Sr. Presidente, há um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Carlos Pinheiro. Disse que no Orçamento estava inscrita a construção de um porto em Santo António do Príncipe e que alterámos ou retirámos. É que eu não vejo cá no Orçamento, gostaria que me desse só a indicação do código.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro para responder.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sim, Sr. Presidente, na intervenção do Sr. Ministro, ele fez referência a isso. No entanto, está nas GOP e o Sr. Ministro disse que estava no Orçamento, mas depois foi retirado. Foi o Sr. Ministro quem fez essa referência aqui, é a ele que o Sr. Deputado deve dirigir esta pergunta.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro depois quando, porventura, estiver a fazer o uso da palavra poderá esclarecer essa questão.

Tem a palavra o Sr. Mário Fernando.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, o que me traz cá é uma questão directa e pontual. É a questão da Estrada Nacional n.º 2, Km 62. Essa questão foi já abordada pelo Sr. Deputado Ayres Major, mas isso parece ser mais complicado do que podemos pensar. Aquilo está muito complicado, com a época chuvosa o terreno continua a ceder. Falamos de Turismo, o fluxo é maior, muitos turistas que vão para a zona Sul correm o risco de ficar lá presos e denegrir a imagem que nós hoje temos em vista.

Indo mais longe, além do K 62, nas imediações de Ponta Baleia há uma grande pedra e uma curva onde tem um muro. Agradecia que fizessem uma intervenção urgente porque lá tem uma curva e está muito perigoso.

Tenho mais coisas para falar, mas por razões de tempo não vou alongar mais. Mas façam atenção a isso porque a cada dia está mais complicado e é muito perigoso.

Queria aproveitar para dizer ao Sr. Ministro das Obras Públicas que nós, em Caué, não temos energia eléctrica. Se analisarmos a energia eléctrica em S. João dos Angolares, vemos que temos apenas 8 horas e aos fins-de-semana temos apenas 9 horas por dia, sendo das 9 horas às 12 horas e das 17 horas às 22 horas e 30 minutos, para o caso de Angolares, e para o Portalegre vai de 17 horas até às 21 horas e 30 minutos. Portanto, agradecia que estendessem um pouco mais isso. É verdade que temos despesas com a ENCO, mas se pudessem esforçar mais um pouco seria muito bom.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Herodes Rompão para uma intervenção.

O Sr. Herodes Rompão (PCD): — Bom, aproveito para cumprimentar uma vez mais a todos e vou ser rápido, tendo em conta a questão de tempo.

Venho mais uma vez alertar o Sr. Primeiro-Ministro sobre aquilo que foi abordado ontem e infelizmente o senhor estava ausente, relativamente às verbas inscritas no âmbito do Fundo Global. O seu desembolso está condicionado à comparticipação do Governo na ordem de 20%. Se esse gesto não for feito, corremos o risco de perder. Portanto, temos ali 11 000 milhões de dobras e aproveito para felicitar a Sua Excelência, o Sr. Ministro das Obras Públicas, pela especial atenção que tem dado a todos os distritos.

Dando especial ênfase ao distrito de Mé-Zóchi, espero que de facto essas obras sejam concretizadas, de forma que a população de Riba Mato, Buguê, Margarida Manuel, Bombom tenham um trânsito mais saudável. A minha grande preocupação – acho que é uma questão que se pode resolver, fazendo uma ginástica – é a população da roça Filipina. Temos o Lemos que dista da roça Filipina 200 metros, temos a roça Amparo, que dista 100 metros e até hoje não viram. A alegria que foi abordada pelo Sr. Ministro, é por haver luz. Daí que estou a propor no quadro da rubrica do código 3581, o que é que se podia fazer para encontrar uma solução para essa população.

À semelhança do que se fez para a população de Mato Cana, em Cantagalo, onde se reduziu o sofrimento económico da população, pode-se fazer também com a roça Milagrosa. Eles têm feito grande esforço com as suas contribuições para manter o gerador. Portanto, essa rubrica não sei, mas acho que o Governo podia fazer também alguma ginástica para levar a alegria a população de Milagrosa.

Outra grande preocupação tem a ver com uma zona que muito recentemente teve um incêndio, refiro-me ao Galo Cantá, em que os bombeiros tiveram grande dificuldade em chegar ao local do incêndio. Uma estrada mesmo que seja de terra batida, quando me refiro ao Galo Cantá, estou a falar do acesso de Santa Cruz a Santa Margarida, deve fazer-se o mínimo para melhorar o seu trânsito.

No quadro da requalificação, refiro-me às casas de comboio na comunidade, convidaria o Sr. Ministro de Agricultura a visitar a roça Abade e Santa Adelaide, onde algumas pessoas, que deram todo o seu sangue para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, hoje vivem em condições bastante desumanas. Portanto, espero que recebam um pouco de atenção, tendo em conta que na rubrica 4954 não apresenta de forma detalhada quais são as zonas a serem beneficiadas, gostaria que tomassem em consideração esses aspectos.

Relativamente ao sector do Turismo, acho uma informação da CNN muito boa, mas temos que ver o turismo num contexto mais global. Para finalizar, devemos rever o papel de cada sector nacional, incluindo a população nesse contexto, porque isso não é algo complexo de se fazer.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, sei que vamos no avançar das horas, eventualmente deve haver algum cansaço, mas isso não pode fazer-nos perder de vista que estamos a falar de um país. Desde princípio dissemos que os recursos são extremamente limitados. Há um conceito básico na economia que define que: «Os recursos são limitados e as necessidades são ilimitadas». Parece-me que queremos resolver hoje todos os problemas do nosso país.

Estamos a insistir com os Srs. Deputados, os recursos são limitados, o próprio Primeiro-ministro disse que não há recursos suficientes e cada vez que ouvimos uma intervenção, temos questões novas. É verdade que cada um de nós define a nossa prioridade, mas meus senhores já não temos tempo.

Tenho na lista do Grupo Parlamentar do ADI seis Deputados, eram sete e um já fez uso da palavra.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente José Diogo.

O Sr. José Diogo (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Srs. Deputados: Sr. Presidente, tenho apenas uma pergunta e um pedido de esclarecimento.

Relativamente ao pedido de esclarecimento, vejo no OGE na rubrica 3961, a construção de estrada de Zandigo a Quimpo. Congratulo-me com essa ideia, é pertinente porque aquela população vem sofrendo, o acesso a aquela localidade tem sido difícil. Mas paira-me uma dúvida, porque eu fico com a impressão que é uma montagem financeira porque vem em dois sentidos. Há uma verba inscrita do financiamento de Angola e Índia com o mesmo valor. Não sei se trata de algum erro ou uma montagem financeira. Gostaria que me explicasse que verba vai ser direcionada ao projecto. Essa é a minha primeira questão.

Segunda questão, fomos surpreendidos, digo isso para Ministro das Obras Públicas, com um projecto de energia em cabo submarino para São Tomé. Ao falar desse projecto fiquei com a impressão que era um projecto regional, mas se for, acho que o nosso país irá comparticipar com outros países da região que

farão parte do mesmo. Neste sentido, gostaria de saber qual é valor da comparticipação financeira de São Tomé e Príncipe, nesse projecto? Essa é a primeira questão. Segundo, o que São Tomé irá beneficiar com esse projecto? Daí poderemos ajuizar da importância do projecto para o País.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Deputado André Ramos.

O Sr. André Ramos (ADI):— Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco: Sr. Ministro sinto-me um pouco ultrapassado pelos colegas que me antecederam, falo dos companheiros Deputados Arlindo Barbosa e Cipriano do Sousa. Eles manifestaram as dificuldades na área de energia e de estrada que tem sido preocupante para a população do Distrito de Lembá.

Se formos ver a situação de subdesenvolvimento do Distrito de Lembá é vasto e transversal em todos os níveis. Daí que, quero ser muito conciso na minha intervenção referindo também a situação que assola a comunidade da Ribeira Funda. Desde Abril de 2013 que esta comunidade vive perturbada por causa do transbordo do rio, que veio causar transtornos e danos significativos. São animais e bens materiais das pessoas que foram devastados e levados para o mar.

Trago esta intervenção para que o Governo tome a devida nota e que busque solução para o desassoreamento desse rio para que não volte a acontecer. Estamos numa época chuvosa, desde início do transtorno, passamos por uma época seca, e a população esperançosa que seria uma boa época para que o problema fosse resolvido. Em busca de solução, correndo atrás da Câmara Distrital, diz que está à espera do OGE para o ano económico de 2014. Com muita cautela tentei rever o OGE, não vi verbas. O Governo deve tomar medidas porque poderá trazer danos a vida das pessoas.

O Sr. Presidente: — Quando carrego no botão estou a gerir o tempo disponível para cada um dos grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Costa.

O Sr. Hélder Costa (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados e Membros do Governo boa tarde: Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria reforçar a preocupação do Sr. Deputado Arlindo Barbosa, quando falava de um transformador para a Ribeira Funda, acho que o Sr. Ministro não respondeu e certamente poderá vir a responder.

Outra questão tem a ver com a estrada de Bairro Água Tomá, Rosema a Mãe Clara, que estava no OGE de 2013, com uma verba de 2,6 000 milhões e nesse OGE não aparece. Não sei o que aconteceu que essa obra não entrou neste Orçamento. Espero que o Sr. Ministro possa me dar resposta a essa questão.

Outra questão, tem a ver com a Escola Secundária de Neves, havia levantado essa questão no ano passado com relação à água. Há canalização feita mas a água não corre na escola e os alunos são penalizados, assim que termina o intervalo e se regressam tarde a turma apanham faltas, porque tem que ir para fora da Escola a busca de água, por vezes são obrigados a levar água para escola. Espero que o Governo diligencie para repor água naquela escola porque tem feito falta aos alunos.

Outra questão, Sr. Ministro anunciou que estamos de parabéns com a situação de energia, gostaria que se fizesse um esforço para estender a rede de contador para a Vila de Santa Catarina e arredores. Senhor sabe que aquela comunidade tem muita gente, como disse o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, é cerca de metade da população de Lembá com falta de água.

Queria aproveitar para elogiar a Polícia de Neves que desmantelou uma rede que foi assaltar a Empresa Nacional de Combustível e Óleos (ENCO).

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa

O Sr. Gil Costa (PCD): — Sr. Presidente, como se costuma dizer «bebé que não chora não mama», então vou aproveitar essa oportunidade. O Sr. Deputado Diogo havia citado aqui uma rubrica, o código 3961, que está repetido, mas não fez nenhuma proposta concreta. Vou aproveitar, não estou criar problemas ao Governo, são verbas que já estão cá afectadas.

Havendo repetição dessa verba, a estrada de Zandriga a Quimpo, aproveito para propor que uma das verbas seja afectada ao acesso à Comunidade de Pinheira e tapagem de buracos, se possível, na estrada que liga Riboque a Praia Messias Alves. É uma estrada que já foi construída a muito tempo, está a sua sorte, está cada vez mais degrada.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. Rafael Branco (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria dizer que os velhos hábitos demoram a desaparecer, eles voltam rapidamente.

Em segundo lugar, queria dizer que estive a fazer contas por alto, só das propostas e emendas que estamos a fazer aqui, mesmo se o Orçamento fosse o dobro, 300 000 milhões, não chegaria.

Em terceiro lugar, não estamos a dialogar, começamos esta sessão a reconhecer que os recursos são extremamente escassos. Estamos aqui num exercício que eu comprehendo. Quem andou na campanha em contactos com as populações a prometer, quer dizer: pelo menos, falei isso lá no Parlamento.

Risos.

A minha consciência já está livre. Sabemos que não é assim! Estamos a fazer aqui um exercício, acho que há aqui funcionários das Finanças que levam meses a preparar o Orçamento. Queremos aqui fazer ginástica, ou seja, corta aqui e põe lá, quando o ambiente que vemos é de profundas incertezas. Proponho, registámos a disponibilidade do Sr. Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças para fazer os ajustes dentro das disponibilidades.

Se tirarmos 50 % de uma verba aqui e outra lá, qual é a fonte de financiamento? Ela já está e muitas vezes sabemos que é um processo que ao longo do ano vamos ter que fazer. Portanto, propunha que tomássemos com toda atenção a disponibilidade do Governo através do Sr. Primeiro-Ministro, para trabalhar com a Comissão, porque se não for assim não vai ser possível.

Quando acabei a minha intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia perguntou-me, qual era a minha proposta sobre os créditos que estão no Programa de Investimentos Públicos?

Em primeiro lugar, em relação ao Turismo que utilizássemos aquelas fontes com maior grau de fidelidade. Em segundo lugar, ao invés de estarmos a cortar essas verbas, que déssemos uma orientação para a sua utilização. Por exemplo, o apoio ao empreendedorismo, que gente concentre uma atenção particular aos nossos pequenos empresários que podem ter iniciativas no domínio do Turismo, que faz falta, bem como a formação.

Quanto à construção de hotel-escola, que acho extremamente importante, o Sr. Ministro apontou o Diogo Vaz, mas que devemos estudar outras possibilidades. Falou-se aqui de Monte Café, temos edifícios dentro da cidade que poderiam servir, temos concessões que o Estado fez. Há uma concessão que fizemos e está na mesma. Que se aprofundassem essas alternativas, que os recursos fossem utilizados para potenciar o que já existe.

O Sr. **Presidente**:— Tem palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte, tem um minuto e 9 segundos.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI):— Obrigado Sr. Presidente, já me sinto ultrapassado.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Alexandre quer utilizar esse tempo?

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI):— Sim, mesmo que seja 1 minuto.

Risos gerais.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI):— Sr. Presidente, eu não queria perder a oportunidade, não obstante a Sra. Deputada Maria das Neves já ter dito isso aqui. Queria repisar que o troço da estrada que liga S. Fenícia a Folha Fede que dessa vez se concluisse essa estrada. As pessoas estão cansadas de ver o estado dessa estrada.

Por outro lado, como disse o Sr. Ministro das Obras Públicas que nós, enquanto representantes da comunidade, podíamos aproveitar para inscrever as estradas, sob pena de lá em casa, as pessoas que nos estão a ouvir, dizerem que o Deputado não aproveitou a oportunidade. Lá em casa podemos também ser atacados, se não aproveitarmos a oportunidade de inscrever estradas que estejam degradadas.

Refiro-me ao troço que liga a Pousada da Boa Vista a Cascata de São Nicolau, qualquer um de nós precisará dessa estrada, porque muita gente vai lá almoçar. A estrada está em péssimas condições, há buracos, enfim! No âmbito do apelo feito pelo CNN, se os turistas vierem de certeza que lá será um lugar que vai recebê-los.

O Sr. **Presidente**: — Por último, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Já me sinto ultrapassado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, queria solicitar ao Sr. Ministro das Finanças, porque eu já havia levantado esta questão dos selos na Região Autónoma do Príncipe, numa das sessões parlamentares. Portanto, há uma obrigação do Estado que é selar os documentos.

No entanto, não tem havido selos em valores baixos, isso sacrifica a população, porque alguém que tem que selar uma factura que custa 2 000 dobras é obrigado a pagar 20000 dobras. Normalmente, só há selos de 10 ou 20 000 dobras e esta situação já se arrasta a quase 1 ano. A informação que tenho é que já se pediu o selo e ainda não chegou a Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro:— Sr. Presidente, começaria pela última intervenção dizendo uma coisa tão simples quanto isto. Acho que devemos fazer reforma da nossa administração, essa questão de selo é uma aberração. Gostaria de pedir aos Srs. Deputados, uma reflexão sobre esta questão. Hoje já não se utiliza selos para selar, estamos atrasados, portanto temos que resolver esse problema. Fazer selos custa mais do que a receita para Estado.

Queria que tomassem esta nota. Tomei em devida consideração aquilo que disse o Sr. Deputado, mas tínhamos que evoluir para efectivamente a supressão desses incómodos, porque há outras formas do Estado arrecadar receitas do que estar fazer selo para selar os documentos.

Srs. Deputados, o Sr. Ministro das Obras Públicas e o Sr. Ministro das Finanças virão cá para responder rapidamente as questões específicas que foram colocadas, dentro daquele pouco tempo que dispomos, a hora já vai bem avançada. Gostaria de voltar a dizer que é de boa-fé, o Governo trouxe esse Orçamento de boa-fé pensado nas populações. Também estamos conscientes que os recursos são escassos e que há dificuldades efectivamente na sua mobilização e não escondemos isso. Vamos hierarquizar as prioridades, fazermos arranjos para que as questões mais candentes conjuntamente com a 2.ª Comissão encontrarmos respostas rapidamente às preocupações que foram levantadas aqui aos senhores representantes do povo.

Quanto às cifras é bom que se diga, somos dirigentes do País, é bom que determinadas coisas sejam ditas com alguma clareza. A taxa de inflação não é nenhuma ilusão, é resultado de um exercício que é feito e controlado pelas instituições de Bretton Woods, como disse a Sra. Deputada Elsa Pinto. Hoje temos uma inflação de um dígito. Não há ilusão nenhuma! Nós saímos da lista negra do CAFI, que é a lista negra, é uma evidência. Vamos poder fazer o movimento de capital em direcção a São Tomé e Príncipe e vice-versa sem constrangimentos, porque hoje somos mais credíveis.

É uma realidade, não podemos sentir incomodados por causa disso. Nos meus discursos que tenho proferido aqui, perante essa Assembleia sobre o signo de dizer a verdade as pessoas, que há melhorias no quadro macroeconómico e tem que se saber isso. Isso é ciência, a economia é uma ciência como outra qualquer. As melhorias registadas ao nível macroeconómico são patentes, mas elas nem sempre se traduzem na melhoria das condições de vida das pessoas, isso também é uma evidência. Nem sempre! Quando se entrega as Contas do Estado para que os Srs. Deputados vejam como é que o erário público foi utilizado, estamos a dar mostras a comunidade internacional que somos transparentes na gestão da coisa pública. As contas que vêm aqui depois de serem vistas e aprovadas pelo Tribunal de Contas, que faz as observações e avaliam o título do ano de 2012, 2013 e 2014, se houve ou não cumprimento da lei relativamente à disciplina orçamental, isso é um ganho significativo. Isto tem no índice de desenvolvimento económico de um país, em termos de transparência, faz subir, não é nenhuma invenção. Temos que ter a consciência que há elementos que são positivos e os que são negativos. Arrecadação de receitas, é uma evidência, Srs. Deputados! Está nas Finanças pode ir lá ver, está no relatório de Banco Central que eu recebi.

A Sra. Governadora do Banco Central deu uma conferência de imprensa e escarrapachou os todos dados relativamente ao desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe e a situação financeira. Um dos nossos maiores *handicap* e vem no relatório Imo-Ibraim é exactamente o acesso ao crédito. As taxas de juros são produtivas, toda a gente disse aqui, temos que fazer um esforço colectivo, no sentido de haver taxas de juro mais baixas. Entendo que uma das formas de se lutar com as taxas de juro muito alta é fazer que haja maior fiabilidade no nosso sistema judicial, para que os créditos mal parados possam ser recuperados em tempo record. Isto não é invenção minha! Se olharem os relatórios dos governos anteriores, essa questão foi levantada, questão da terra, o acesso a propriedade privada em São Tomé e Príncipe é um elemento castrador do desenvolvimento da actividade privada. Vem no relatório no indicador de desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe, como um *handicap*, porque em 1991 adoptámos uma lei sobre a terra e remeteu-se para à Assembleia para adopção de um regulamento. Até hoje essa questão não encontrou à luz do dia, não estou a imputar isso a ninguém. O que é verdade, é que isto tem figurado nas instâncias internacionais como um *handicap* para o bom ambiente de negócio em São Tomé e Príncipe, que é a questão da acessibilidade das pessoas à terra.

Nos relatórios que estão feitos, encontram-se essa indicação. Pediria aos Srs. Deputados, não é em jeito de polémica, aquilo que foi bem feito, quer por anterior governo, quer por este ou futuro governo, devemos ver exactamente em quê que isso contribui para que saímos da situação em que nos encontramos, é o mais importante. Fico por aqui, há questões relacionadas com a fibra óptica, Sr. Ministro, penso que deu às explicações. Pessoalmente no contacto com o Governo da Guiné Equatorial, sabendo que há perspectivas de passar aqui um navio para levar o cabo da fibra óptica para o Ano Bom, pedi as autoridades da Guiné Equatorial. Porquê? Há uma diferença, as pessoas não disseram isso aqui, uma coisa é feixe artesiano e

outra é fibra óptica. Temos o acordo com o Banco Mundial nessa matéria que nos assistiu durante toda a negociação e financiou a questão da fibra óptica.

Há obrigações que temos que cumprir, os Srs. Ministros das Obras Públicas e das Finanças farão com propriedade. Tomei boa nota o Sr. Deputado Herodes Rompão, não sabia que havia essa participação, temos esse problema e não tínhamos essa informação.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças** (Hélio Almeida): — Sr. Presidente, começo por dizer que, relativamente às propostas que foram aqui apresentadas vão ser alvo de análise minuciosa. Contudo, permita-me dizer que relativamente à questão do reforço para Cultura, alguns troços de estradas, Porto para a Região Autónoma do Príncipe e a reafectação dos consumíveis na área de Saúde, essas propostas já estão devidamente alojadas.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Passo de seguida a proposta apresentada aqui pela Sra. Deputada Elsa Pinto relativamente à questão da política fiscal, de facto, há um projecto desenvolvido ao nível do Ministério das Finanças, que tem a ver com o alargamento da base tributária e que constitui uma preocupação muito grande, tanto é que para o presente exercício económico prevemos um alargamento para a inclusão de, aproximadamente, mais 3000 contribuintes, a partir daí teremos que ver o impacto e em que medida vai ser possível, a médio prazo pensar-se numa redução dos nossos actuais níveis de impostos. Quando analisamos alguns indicadores sub-regionais entendemos que existe um desafio ainda nessa matéria que o País tem pela frente.

É neste sentido que está-se a trabalhar efectivamente, a questão do sector informal, precisamos aos poucos passar para uma conversão e legalização de algumas actividades, mas é um pacote alargado, abrangente, transversal que brevemente será divulgado através das antenas da Televisão e da Rádio Nacional. Por último, de facto, alguns projectos foram elencados e estiveram na base da suspensão dos trabalhos, embora não estando no projecto de orçamento de forma explícita, está de forma implícita. Volto a dizer que o Governo entende que não é o Governo competente para fazer a afectação directa de verbas às pessoas.

Vamos canalizar tudo para o sector financeiro, onde haverá, naturalmente, um maior controlo, um maior rigor, porque esses três projectos não podem ser a fundo perdido, naturalmente, há uma concessão de créditos, vamos trabalhar na subvenção da taxa, mas o capital empregue deve ser depois reafectado para criar uma dinâmica natural que se pretende para a melhoria das condições de vida da nossa população. Fico por aqui.

O Sr. Presidente: — Convido o Sr. Ministro das Obras Públicas, para fazer o uso da palavra.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Recursos Naturais e Meio Ambiente**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começaria a minha intervenção, tratando de acolher algumas sugestões e recomendações aqui colocadas, mas a forma como o meu nome foi citado, com alguma deselegância por dois Deputados, o Deputado Arlindo Ramos e o Deputado Álvaro Santiago, não vou exercer o direito de resposta, pelo respeito que tenho pela senioridade do Sr. Deputado Arlindo Ramos, gostaria de dizer que continuo com muita energia e que talvez vá precisar de um disjuntor de maior capacidade, não apenas de 600 Kw, para desligar esta energia.

Aplausos e risos.

Quando evocou a energia disse que foram eliminados vários itens, no tocante à questão da rede eléctrica, é verdade, porque esses itens foram transportados para outras rubricas e a própria EMAE, no seu trabalho que vem desenvolvendo, responsabilizou-se de ver alguns deles. Como é o caso da selectividade da rede, a questão da extensão que tem feito, e, portanto, esses projectos não estão esquecidos.

Relativamente ao Sr. Deputado Álvaro Santiago, com todo o respeito, disse-nos uma grande novidade, que a EMAE não é viável, no entanto, a EMAE tem dado resposta às questões fundamentais que precisamos para melhorar as condições de vida da nossa população.

Esta EMAE, que todos nós nos preocupamos, temos estudos de diferentes instituições que recomendam uma intervenção nela, em termos da sua divisão, EMAE-gestão-transporte, EMAE-produção, que não está no esquecimento. Entretanto, o Sr. Deputado sabe que tínhamos e ainda continuamos a ter uma hemorragia terminal no nosso sistema eléctrico, precisávamos de fazer uma intervenção para estancar a hemorragia e conhecer os factores causadores da mesma. É o que estamos a fazer. Começamos com esse processo, demos algumas respostas e vamos continuar a fazer, pode ter a certeza, e a questão da viabilidade da EMAE está na ordem do dia e também será atacada no seu devido momento.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Álvaro Santiago, como disse que o Governo é contraditório, afirmando que o Sr. Primeiro-Ministro disse que há parcos recursos e os Ministros dizem que vão fazer. Queria dizer ao Sr. Deputado que vamos fazer com esses parcos recursos.

É possível fazer, demonstramos que é possível! Eu vou mostrar-lhe algumas dessas actividades, que eu fazia questão de não o fazer, tendo em conta a exiguidade do tempo, mas só para lhe dizer que relativamente à intervenção das estradas, por exemplo, lançamos uma série delas, nomeadamente, Aeroporto e Praia Gambôa, Conde e Micoló, Pantufo e S. Marçal, Oque-del-Rei e Boa Morte, EN3 e Rua Doida, Cruz Mami, Almeirim e Madre Deus, S. Marçal Praia, Palha e Margarida Manuel, S. Gabriel e Vila Maria, arruamentos da cidade de Santo António, Santo António e Hospital Real, S. António II, Ponte Papagaio e Ribeira Forca, Marginal Bengá/Rosema, N1/Santola/ Marginal, N1/Bongalô/Marginal, Sporting/Potó-Potó, Mercado de Oque-del-Rei/Bairro da Liberdade, Zandrigó/Quimpo, Santana/Micondó e outras tantas que aqui foram recomendadas.

Portanto, umas estão em curso, algumas estão quase concluídas e outras estão na fase de conclusão de financiamento. A Estrada N2, que vai a zona Sul, a zona de Obô Izaquente, construção da Ponte de S. Nicolau, protecção costeira da N1 para Neves, N3 área para a reabilitação. Paro aqui para fazer um pequeno esclarecimento. Quando chegámos ao Governo encontrámos uma lista de dívidas, cerca de 499 000 milhões de dobras por pagar, e nós pagamos cerca de 144 000 milhões de dobras.

Dentro das nossas obrigações fizemos vários pagamentos, que não foram suficientes, como é óbvio, para que o empreiteiro continuasse, como devia continuar, porque são vários pagamentos. E pelo facto de termos pago essas dívidas, deixamos de fazer algumas realizações que poderiam ter sido feitas. Há continuidade do Estado, é nossa responsabilidade, estamos neste contexto de parcos recursos, estamos a optimizá-lo de forma a fazermos esses pagamentos paulatinamente, obviamente as obras não têm essa velocidade que gostaríamos que tivesse. Vamos continuar a pagar e estamos esperançados que assim que este Orçamento seja aprovado, com a vossa indulgência, faremos os próximos pagamentos para que as obras das estradas que ligam a Cidade Capital/Trindade/Monte Café/Boa Vista sejam concluídas.

Portanto, Srs. Deputados, colhendo as diferentes preocupações que aqui foram expostas, começaria pelo Sr. Deputado Carlos Pinheiro que falou do GIME e uma série de estradas, fez várias sugestões, como já mencionou o nosso Ministro das Finanças, vão ser encontradas soluções para as mesmas. Extensão do muro de contenção que dá acesso à estrada do hospital mencionada pelo Sr. Deputado Aurélio Martins, essa obra está na sua fase final. Conhecemos as reclamações das pessoas ali circundantes, que nos alertaram para a necessidade de fazer a extensão desse muro, tomamos boa nota, e vamos fazer os estudos com os técnicos para tentarmos acolher essa preocupação. O Sr. Deputado Cipriano Riqueza falou da estrada do Bairro de Água Tomá/Mãe Clara, uma vez mais são esses pequenos troços que tentaremos equacionar, dentro do possível, como aqui foi dito várias vezes, não é possível ajuntar tudo de uma só vez.

O projecto Obô Longo mencionado pela Sra. Deputada Isabel Domingos, de facto, começamos com um financiador, houve troca de financiador. Tivemos alguns constrangimentos, mas estamos neste momento com todas as condições preparadas para que neste ano essa obra seja concluída e assim a população da Trindade e arredores poderá beneficiar desse líquido precioso.

A Sra. Deputada Elsa Pinto falou de casas sociais, como é óbvio, nós estamos empenhados em levar casas sociais a todos os distritos do País, incluindo a Região Autónoma do Príncipe.

É uma preocupação do Governo, aqui manifestada pelos Srs. Deputados e toda a nossa atenção.

O Sr. Deputado falou também de casas sociais, falou de montantes, falou de quantas casas, eu só poderei dizer-lhe que nós só temos duas vertentes de construção de casas sociais, uma que o Governo vai implementar em termos de financiamento próprio, vamos abrir o mercado imobiliário para o privado e permitir que os privados também participem nesse projecto, no concurso público e escolheremos as melhores propostas para que assim em correspondência com os bairros, poderemos oferecer várias gamas de oportunidade para a nossa população, jovem, fundamentalmente.

O treino, é uma informação nova que recebemos, está dotado e vamos falar com o Sr. Ministro da Saúde para encontrarmos a melhor saída para esta situação.

A questão do pólo desportivo, levantada pelo Sr. Deputado Ambrósio Gil, nós temos a inscrição de um pólo desportivo para São Tomé e Príncipe, naturalmente, é nossa convicção que esta obra desportiva é fundamental e quando falamos no nosso país, Príncipe não está de fora. Está equacionada para a ilha de São Tomé, entretanto, na medida das nossas parcas possibilidades vamos estender também para a ilha do Príncipe.

O Sr. Deputado Cecílio Quaresma falou dos equipamentos necessários para monitorar a frequência. São necessários e agora com a perda do monopólio do mercado, vamos ter necessidade de controlar as frequências. Naturalmente, com o Ministro das Finanças e o Chefe do Governo vamos encontrar a melhor forma de dar solução a esta preocupação.

O Sr. Deputado Carlos Pinheiro falou da conectividade da fibra óptica. O Sr. Primeiro-Ministro já fez menção a esta situação e em alternativa a fibra óptica, temos um projecto completo para aumentar a capacidade do feixe artesiano.

Deve ser do seu conhecimento que é um compromisso e uma responsabilidade das operadoras e que esse projecto já teve o seu início e esperamos aumentar, ainda este ano esta capacidade de 30 para 300

vezes, megabites por segundo. E a capacidade de consumo da ilha do Príncipe, estamos convencidos que estarão melhor servidos do que a fibra óptica em São Tomé, neste momento. Entretanto, estamos em cooperação, em seguimento com o projecto da Guiné Equatorial para aproveitarmos a oportunidade e podermos colocar a fibra óptica no Príncipe quando passar para Ano Bom.

O porto do Príncipe já foi aqui explicado. O Sr. Deputado Mário Fernando falou também da situação do K62, existe um estudo completo, conhecemos as causas e temos que executar.

O Sr. Deputado Herodes Rompão falou das estradas da roça Filipina, da energia, da roça Amparo e Galo Cantá. O Sr. Deputado e Vice-Presidente José Diogo repisou a estrada de Zandriga a Quimpo, falou do projecto de energia e do cabo submarino.

Portanto, quanto às fontes de financiamento, neste momento existe um contacto entre o BDA e o Banco Mundial, porque assim que o Banco Mundial tomou conhecimento dessa decisão do Conselho de Ministros da Energia dos Países de África Central sobre esta possibilidade do cabo submarino de energia para São Tomé e Príncipe. O Banco Mundial entrou em contacto com o BDA, para que este processo conhecesse uma espécie de montagem financeira, como foi feito também para as Telecomunicações.

O Sr. Deputado André Ramos falou da água e energia. Hélder Costa referiu-se aos transformadores para a Ribeira Funda. Está inscrito nos projectos da EMAE, colocaremos energia em Ribeira Funda.

Foi levantada a questão do projecto do cemitério de Madalena, luz eléctrica em Santa Cruz e arredores. O meu colega o Sr. Ministro das Finanças, certamente, nessa ginástica de esticar, estamos a fazer e encontraremos uma forma com muita energia para o fazer. Fico por aqui.

Aplausos e risos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, chegamos ao fim da análise dos orçamentos sectoriais, como dissemos, quando retomamos o trabalho ou no encerramento, antes do intervalo a 2.ª Comissão vai ter que continuar a trabalhar conjuntamente com o Departamento do Orçamento do Governo, para alojar, utilizando a expressão do Sr. Ministro das Finanças, algumas das propostas que foram feitas aqui e que consensualmente o Governo e os Parlamentares concluíram que é possível fazer o seu enquadramento para que no quadro do Orçamento, que é um instrumento de previsão, possa haver recursos para dar a concretização a esses mesmos projectos.

O que posso vos assegurar, enquanto Presidente da Assembleia, porque tenho a responsabilidade de assinar os projectos de lei para serem remetidos a Sua Excelência o Sr. Presidente para promulgação, que enquanto não estiver consciente de que as grandes preocupações, no quadro da razoabilidade, tenham sido enquadradas no Orçamento e assim o documento será assinado.

Vamos passar à fase seguinte. Diz o nosso Regimento que estamos na sede de discussão na especialidade e para dar sustentabilidade ao que acabamos de fazer, temos duas propostas de lei, uma que aprova as Grandes Opções do Plano e outra que aprova o Orçamento Geral do Estado. Vamos passar, de imediato, a esta fase. Os documentos estão aprovados na generalidade, acabamos de analisar os projectos das várias instituições e dos sectores do Estado e agora vamos aprovar as propostas de lei.

Temos duas propostas de lei. Vou começar pela proposta de lei que aprova as GOP, que tem seis artigos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação, na especialidade, do preâmbulo e dos artigos 1.º a 6.º.

Srs. Deputados, vamos passar à votação do preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado, com 29 votos a favor e 26 votos contra.

Srs. Deputados, vamos passar à votação sucessivamente dos artigos 1.º a 6.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com 29 votos a favor e 26 votos contra.

Passemos de seguida à votação da proposta de lei que adopta o OGE. Em primeiro lugar, votamos o preâmbulo.

Srs. Deputados, vamos passar à votação do preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado, com 29 votos a favor e 26 votos contra.

Srs. Deputados, vamos passar à votação dos artigos 1.º a 20.º.

Submetido à votação, foram aprovados, com 29 votos a favor e 26 votos contra.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à votação final global das GOP.

Submetida à votação, foi aprovada, com 29 votos a favor, sendo 21 do MLSTP/PSD, 7 do PCD e 1 do MDFM/PL e 26 votos contra do ADI.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do MDFM/PL.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à votação final global da proposta de lei do OGE.

Submetida à votação, foi aprovada, com 29 votos a favor, sendo 21 do MLSTP/PSD, 7 do PCD e 1 do MDFM/PL e 26 votos contra do ADI.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do MDFM/PL.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma declaração de voto.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, de acordo com o nosso Regimento, o Regimento da Assembleia Nacional, depois de qualquer votação há a possibilidade de uma declaração de voto oral, ou por escrito e decidimos fazê-lo oralmente, de modo que toda a população possa entender o nosso sentido de voto.

Gostaria de dizer que votamos neste sentido porque não gostaríamos e não queremos que a nossa população possa ter o mesmo ano 2013. Dizemos isto porque, se compararmos o Orçamento de 2013 e a proposta de Orçamento para 2014, vamos chegar facilmente a conclusão que por este andar a população vai sofrer o mesmo que sofreu no ano 2013. A preparação do Orçamento foi igual, a forma como está a distribuição, nada mudou. O Governo, excepto Sr. Ministro da Juventude e Desporto, acho que não houve mais alterações e agora o da Saúde. O Governo continua o mesmo, logo são as mesmas pessoas; as fontes de financiamento são as mesmas e, como toda a gente disse que a crise continua, sabemos e acompanhamos a comunicação nacional e internacional, a crise financeira vai continuar. Logo, com este Orçamento, a população de São Tomé e Príncipe correrá o risco de viver o mesmo.

Temos que, obviamente, elogiar todo o exercício que foi aqui feito e esse exercício, da forma como foi feito nesses dias que estivemos aqui a discutir, só foi possível, penso eu porque consegui reter duas frases de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro. A primeira frase «Estou a pôr o dedo na ferida» e a segunda que pude registar com muito agrado, «Não quero mais polémicas». Estamos todos de parabéns!

Segunda questão, o porquê de votarmos nesse sentido é que, se o Governo trabalhou sobre o Orçamento com todos os Ministros, com os técnicos, com as assessorias de apoio, chegou ao Parlamento e discutiu tudo isso com a 2.ª Comissão, não é admissível, Sr. Primeiro-Ministro, esquecer-se de projectos tão importantes para o País, como a questão dos jovens com iniciativa empresarial, os taxistas, as mães carenciadas, transporte escolar, requalificação do parque automóvel, apoio às palaiês, aos agricultores e aos pescadores. Foi necessário que os Deputados que sustentam a sua própria bancada vir-lhe alertar porque o senhor se esqueceu desses projectos. Logo, é inadmissível e isso explica de facto que o seu Governo não sabe bem o que está a fazer. Porque se soubesse, não poderia esquecer essas áreas da nossa sociedade...

Murmúrios do Governo.

Não poderia! Nenhum Governo pode esquecer os jovens, os taxistas, as mães carenciadas...

Aplausos do ADI.

Foi necessário os Deputados que sustentam o seu Grupo Parlamentar suspender os trabalhos por um mês para depois o senhor incluir esses projectos neste Orçamento. Daí que reprovámos, porquê? Porque se o senhor esqueceu, logo não sabemos se o senhor também vai fazer, mesmo que já estejam diluídos, como disse o Sr. Ministro das Finanças por outras palavras, nas várias rubricas estes mesmos projectos.

Daí que não acreditamos neste Orçamento e é esse o nosso sentido de voto.

Muito obrigado e espero que 2014 possa ser um ano de sucesso para todo o povo de São Tomé e Príncipe, principalmente na sua tomada de decisão sobre o seu futuro.

Aplausos do ADI.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma declaração de voto.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCD votou a favor deste Orçamento, mesmo reconhecendo as dificuldades que tem o Governo e o País.

Mas esse comportamento de um partido que sustenta o Governo é legítimo, mas mais do que isso é porque com qualquer orçamento que seja o País precisa de funcionar, independentemente das diferenças, das pessoas entenderem que não é um bom, mas o País precisa de um orçamento para funcionar.

Mais do que isso, Sr. Primeiro-Ministro, quando suspendemos a discussão para introdução dos projectos aqui anunciados ultimamente foi na base da sua declaração. O senhor não esqueceu-se coisíssima nenhuma, o senhor é que nos alertou e suspendemos com base nisso!

Murmúrios e protestos do ADI.

Mas, mais grave do que isso, Sr. Primeiro-Ministro, é dizer que se esqueceu dos projectos importantes e depois desses projectos importantes estarem incluídos no Orçamento, votar contra. Isto é que é mais grave!

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do MDFM/PL.

Como é que alguém que vem aqui dizer que o projecto de apoio às palaiês, aos taxistas, aos jovens são importantes, o Primeiro-Ministro os anunciou, os Deputados que sustentam o Governo introduziu e o Grupo Parlamentar, que diz que são importantes, vota contra! Esses é que não estão de acordo com esses projectos e não estão de acordo com o povo.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do MDFM/PL.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Isso não é uma declaração de voto!

Protestos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma declaração de voto. Mas, Sr. Deputado, se for escrita tem que entregar.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Preparei uma intervenção escrita, vou abdicar de apresentar essa declaração de voto por escrito e prefiro fazê-la oralmente.

Em primeiro lugar, para felicitar o Governo que, mesmo no quadro da conjuntura internacional difícil, consegui manter os indicadores macroeconómicos, condição essencial para o crescimento de qualquer país. Muito obrigado por essa capacidade que tiveram em benefício de São Tomé e Príncipe.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do MDFM/PL.

Felicitar também o Governo por ter tido a humildade de atender à solicitação que foi feita pelos Grupos Parlamentares e pelo Deputado do MDFM/PL que o sustentam, que têm visão e tem o palpitar do sentimento do País. Não viemos aqui apenas para dizer «sim», mas viemos aqui fazer o nosso exercício de deputação que não vimos em 2010, 2011 e 2012. Sentimos aqui, pela primeira vez, essa referência tem que ser feita, é a primeira vez nesta legislatura que todos os Deputados colocaram as preocupações, equacionaram as questões que lá estão e sugeriram alterações necessárias. Os três Grupos Parlamentares mais o Sr. Deputado do MDFM/PL tiveram a sua oportunidade.

Tivemos no passado, em 2010, 2011 e 2012 um Grupo Parlamentar totalmente silencioso, que não sabia quais são as prioridades do País e colava-se seriamente as derrapagens que o seu Governo andou a fazer.

Protestos do ADI.

Há uma particularidade neste debate, feliz ou infelizmente, estamos a fazer o último exercício desta legislatura atinente à discussão das GOP e do OGE. A minha satisfação é que fizemo-la com muita elevação! Fora as incoerências a que fez referência o Sr. Deputado Delfim, porque não sei o quê que pode levar alguém, como o Grupo Parlamentar do ADI, que coloca a questão das palaiês e o Governo colocou essa questão para ser resolvida, colocou a questão dos jovens com iniciativa empresarial...

Protestos do ADI.

Vozes do ADI: — Não, isso não está lá...!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Dentre outras questões outras preocupações que foram colocadas, todas elas foram alojadas por esse Governo. Gostaríamos aqui de agradecer o Sr. Ministro das Finanças e todo o elenco governamental...

Protestos do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, o tempo?!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Temos que ser coerentes com as nossas atitudes e têm que ser sempre em consonância com aquilo que dizemos. Quando o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD achou que devia votar contra um orçamento explicou e fundamentou porquê; o Grupo Parlamentar do ADI fundamentou as razões, votou contra, mas afinal de contas não tinha razão nenhuma porque as preocupações estão todas neste OGE. Isto chama-se «incoerência absoluta»!

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do MDFM/PL.

Protestos do ADI.

Finalmente, para desejar boa sorte a este Governo e estaremos aqui para alavancar o País.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do MDFM/PL.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Não foi declaração de voto, temos também direito à palavra.

O Sr. **Presidente**: — Não percebi Sr. Deputado?

O

Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Isso foi uma reacção à nossa intervenção.

Protestos do Sr. Deputado Octávio Boa Morte.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de pedir ao Sr. Deputado Boa Morte muito respeito, respeito-lhe e não lhe admito essas declarações.

Protestos o ADI.

Não me obriguem a falar de algumas coisas que também sei!

Portanto, Srs. Deputados, estamos a encerrar a discussão do Orçamento, creio que foi um exercício bastante positivo porque, não obstante entender que ainda a espaços para uma grande melhoria, demos e prestamos um grande serviço, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, todos os Grupos Parlamentares e o Sr. Deputado do MDFM/PL, um serviço bastante positivo. Estou convencido e creio que o estarão todos que temos que fazer um esforço para melhorar. Nesse esforço para a melhoria da forma como elaboramos, discutimos e adoptamos o nosso orçamento, julgo que cada Grupo Parlamentar e cada Sra. Deputada e Sr. Deputado devem fazer um esforço pessoal para atingirmos esse nível desejado.

Tendo sido aprovado o Orçamento, não obstante com o voto negativo de um Grupo Parlamentar, até chamo a esse voto negativo de «suave». Suave porque contribuíram para a melhoria do orçamento e estou convencido que o Governo, que tem a obrigação de administrar os aspectos quotidianos da nossa vida comum, tem neste instrumento elementos indispensáveis para melhorar as condições de vida do nosso povo.

O povo nas próximas eleições terá a oportunidade de avaliar e deveremos todos respeitar os resultados da avaliação popular.

Desejo muita sorte a todos e muito obrigado pela contribuição.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 55 minutos.